

# Debate Sindical

## CONGRESSO

Novos desafios  
da Corrente  
Sindical Classista

## HISTÓRIA

A ação sindical  
dos comunistas  
na "era Vargas"

## DENÚNCIA

A violência da  
Fiat contra os  
metalúrgicos



# OS EFEITOS DESTRUTIVOS DA ALCA

# Campanha salarial ao pé da letra

regiões petrolíferas, penetra nas caldeiras quentes a fim de consentá-las ou enfrenta os incêndios dos poços de petróleo para os apagar.

**salamanta**. S. f. Bras. Reptil ofídio, bóideo (*Epicrates cenchria* (L.)), de coloração geral castanha, com manchas negras oclares nos flancos e comprimento de até 2 m. Alimenta-se de aves e doutros pequenos animais. [Sin.: *guaçubóia*, *jibóia-vermelha*.]

**salame**<sup>1</sup>. S. m. Enchido (3) de origem italiana feito de carne de porco picada, pequenos cubos de toucinho e pimenta em grãos, e que se come frio.

**salame**<sup>2</sup>. S. m. Salamaleque.

**salaminho**. S. m. Variedade de salame<sup>1</sup> acondicionado em tripa fina e curta.

**salão**<sup>1</sup>. S. m. 1. Grande sala. 2. Exposição periódica ou anual, especialmente de obras de artistas plásticos, de novos modelos de diversas indústrias, etc. 3. Certo tipo de estabelecimento comercial aberto ao público. 4. Fig. Reunião de pessoas de sociedade, artistas, intelectuais, etc. 5. Bras. Barbearia (1) ou cabeleireiro (2).

**salão**<sup>2</sup>. S. m. 1. Terreno arenoso ou barrento; solão. 2. Fundo arenoso cheio de limo. 3. Bras. Terreno impermeável por causa de uma camada pedregosa.

**salarial**. Adj. 2 g. Bras. Relativo a salário.

**salário**. S. m. 1. Remuneração, normalmente em dinheiro, devida pelo empregador, em face do serviço do empregado. 2. Restr. Remuneração do trabalho prestado por operários horistas ou diaristas. 3. Recompensa de serviços. 4. Salário mínimo. ♦ **Salário mínimo**. Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei.

Fonte: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa

gola  
se usa  
te, em  
da por  
com  
es com  
zados  
nias-  
impulsionada.  
**campainhar** (a-i). V. int. Fazer soar campainha.  
**campal**. Adj. 2 g. 1. Pertencente ou relativo ao campo. 2. Diz-se da batalha travada em campo raso. ♦ S. m. 3. Bras. MT. Trecho de campo situado no meio do mato.  
**campana**. S. f. 1. Sino, campainha. 2. Luva (4) de manilha. 3. Arquit. Corpo do capitel coríntio ou compósito, que tem o formato de um sino invertido.  
**campanado**. Adj. V. Campanuláceo (1).  
**campanário**. S. m. 1. Parte aberta da torre de igreja, onde estão os sinos. 2. Torre de sinos. 3. P. ext. A freguesia, a aldeia dotada de igreja com campanário.  
**campanha**. S. f. 1. Campo (2) extenso; planície. 2. Mil. Série de operações militares que visam à consecução de um objetivo definido, em determinada época, numa mesma área geográfica. 3. Mil. Conjunto de operações militares que constituem uma fase distinta de determinada guerra. 4. P. ext. Conjunto de ações, de esforços, para se atingir um fim determinado.  
**campaniforme**. Adj. 2 g. V. campanuláceo (1).  
**campanil**. S. m. Liga metálica própria para sinos.  
**campanólogo**. S. m. Aquele que toca peças de música em sinos, campainhas ou copos afinados.  
**campanudo**. Adj. 1. Que tem forma de campa. 2. Fig. Pomposo, enfático, bombástico.  
**campânula**. S. f. 1. Qualquer objeto em forma de sino.  
Espécie de redoma usada para isolar...

Com a  
**Século**  
sua campanha  
ganha  
**Força** e  
sai do  
**Papel.**

**Século Comunicação Integrada**

Telefone: (0-11) 3644-6928 - Fax: (0-11) 3641-8530

Internet: [www.seculonet.com.br](http://www.seculonet.com.br) - Endereço eletrônico: [seculo@seculonet.com.br](mailto:seculo@seculonet.com.br)

Planejamento Estratégico - Identidade Visual - Cartazes - Folders - Jornais e Boletins  
Editais e anúncios - Outdoors - Inserções em Rádio e Televisão - Assessoria de Imprensa



Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (11) 289-1496 www.ces.org.br Correio eletrônico: ces@ces.org.br

**Editor:**

Altamiro Borges

**Conselho de Redação:**

Antônia Rangel  
Augusto Buonicore  
Guiomar Prates  
João Batista Lemos  
José Carlos Ruy  
Orlando Silva Jr.  
Oswaldo Bertolino  
Sérgio Barroso  
Umberto Martins

**Conselho Editorial:**

Armando Boito  
César Benjamin  
Clóvis Moura  
Décio Saes  
Edgard Carone  
Emir Sader  
Francisco Teixeira  
João Pedro Stédile  
Luís Fernandes  
Luís Paulino  
Lucília Machado  
Marcos Gomes  
Nilton Vasconcelos  
Paulo Schilling  
Ricardo Antunes

Abigail Pereira  
Álvaro Gomes  
Augusto Petta  
Edson Pimenta  
Gilda Almeida  
Gilson Reis  
Gregório Poço  
José Carlos Schulte  
Luís Gavazza  
Mônica Custódio  
Nivaldo Santana  
Raquel Guisoni  
Vianeí Martins  
Wagner Gomes

**Edição de fotos:**

Jesus Carlos/Imagenlatina

**Charges:**

Marcio Baraldi

**Revisão:**

Josenildo Marques

**Editoração eletrônica:**

Sandra Luiz Alves



- 4 Os novos desafios da Corrente Sindical Classista  
JOÃO BATISTA LEMOS
- 7 Os trabalhadores e o sindicalismo nos EUA  
ENTREVISTA: SCOTT MARSHALL
- 10 Efeitos da política de FHC na juventude  
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 11 Reforma trabalhista: evolução ou degradação?  
ALDO REBELO
- 14 Os constrangimentos do salário mínimo  
CLAUDIO SALVADORI DEDECCA
- 17 A classe operária vai à escola  
OSVALDO BERTOLINO
- 20 A violência da Fiat contra a organização sindical  
MANOEL CAÇÃO E ALEXANDRE MAGALHÃES
- 24 Ganha fôlego a luta pela redução da jornada  
INÁCIO ARRUDA
- 26 Os preconceitos contra a candidatura Lula  
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 27 O significado da Alca para os trabalhadores  
ALTAMIRO BORGES
- 32 O MST diante do neoliberalismo: avanços e recuos  
CLAUDINEI COLETTI
- 36 Defeitos do sindicalismo: o tempo rugiu!  
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 37 A falácia imperial e a questão nacional  
ELIAS JABBOUR
- 39 A "solução final" de Sharon  
JOÃO QUÁRTIM DE MORAES
- 42 O descrédito da social-democracia na Alemanha  
RUI PAZ
- 44 Exploração e luta de classes no mundo  
NOTAS INTERNACIONAIS
- 45 Ação sindical dos comunistas na "era Vargas"  
AUGUSTO BUONICORE
- 49 O que está por trás da disputa presidencial  
ARMANDO BOITO JR.
- 53 Resenhas de livros
- 57 Dicas de filmes e Internet  
MANOEL RANGEL/GIOVANNI ALVES
- 58 Pressão total em defesa da CLT  
OPINIÃO: PASCOAL CARNEIRO

# Os novos desafios da CSC

“Nunca estaremos perdidos se não tivermos desaprendido a aprender sempre” (*Rosa Luxemburgo*)



Maurício Moraes

A Corrente Sindical Classista (CSC), fundada em 1988, realiza o seu 5º Congresso Nacional de 7 e 9 de junho, em Belo Horizonte (MG). Com ele, pretende inaugurar uma nova fase de sua atuação no processo da luta de classes em nosso país. Para isto, baseia-se em três fatores determinantes:

1- Como resultado do nosso acúmulo, modesto porém vigoroso, podemos extrair lições da experiência do desenvolvimento de um sindicalismo unitário e classista, de modo a tornar nossa ação mais eficaz para o alcance de nossos objetivos políticos;

2- Os novos desafios estão colocados numa realidade de encruzilhada política, marcada

pelo esgotamento do modelo neoliberal e por um razoável desgaste das elites dominantes. Por sua vez, em oposição, ganha corpo no país a necessidade de um projeto alternativo, de caráter nacional, democrático e popular, dirigido por novas forças políticas e sociais.

3- Neste quadro, convivemos com um sindicalismo pouco politizado, predominantemente negociador e burocrático, e não de enfrentamento ao ideário neoliberal, de resistência em defesa dos trabalhadores. Ele é hoje polarizado, à direita, pela Força Sindical e, à esquerda, pela corrente majoritária da CUT. Esta contradição permeia a luta de classes no Brasil.

Um paralelo com recentes

experiências na América Latina, em dois países com forte embate destes dois projetos, serve de sério alerta aos classistas. Na resistência dos trabalhadores argentinos, o sindicalismo ainda não jogou o principal papel de combate ao desmonte nacional, que é dirigido por organizações de desempregados. Já a recondução de Hugo Chávez ao poder na Venezuela contou com apenas 1/3 do sindicalismo, presente na Frente Bolivariana dos Trabalhadores, juntamente com as massas populares e setores militares. A CTV, principal central do país, foi uma das que arquitetaram o golpe fracassado.

Estas experiências mostram, de um lado, as debilidades do sindicalismo; de outro, deixam

**MISÉRIA NO CAMPO**

Dados preliminares do Censo 2000 confirmam o brutal aumento da miséria no campo. Dos 7,4 milhões de domicílios rurais existentes, 58,6% têm renda mensal de zero até um salário mínimo. Na educação, 65% das 28 milhões de crianças de cinco a nove anos são analfabetas. Quanto à estrutura básica, só 18% têm água encanada e 9,5% têm fossa séptica. Entre 1985/1996, faliram 920 mil estabelecimentos agrícolas no país. Estes dados, ainda preliminares, desmentem de vez a cinica e milionária propaganda de FHC.

**SALÁRIO DE FOME**

O salário mínimo no Brasil, que agora vale R\$ 200,00, representa 17,5% do necessário para o sustento de uma família com dois adultos e duas crianças. Estudo do Dieese, com base no Índice do Custo de Vida, indica que, para garantir os gastos vitais, ele deveria ser de R\$ 1.091,21. Também prova que, desde 1940, quando foi instituído pelo governo Getúlio Vargas, o valor real do mínimo encolheu em dois terços.

**“NOVOS POBRES”**

Formação superior, jovem e morador de centros urbanos. Este é o perfil do “novo pobre” brasileiro, segundo estudo recém-divulgado pela Secretaria do Trabalho da capital paulista. Pelos dados, extraídos do Censo 2000, cresceu o número de chefes de domicílio com alta escolaridade que estão sem renda – de 2,7% em 1991, para 9,8% hoje – salto de 230%. Já o número dos sem-renda com menos de 24 anos pulou de 4,8% para 12,6% no mesmo período. O arquétipo do “novo pobre” é bem diferente do vigente durante longos anos: migrante de baixa escolaridade, muitos filhos e morador de regiões pouco dinâmicas.

bem claro sua importância e o quanto é disputado ideologicamente pelo capital e pela elite neoliberal. O movimento dos trabalhadores é fundamental para qualquer estratégia mudancista por sua centralidade como força social.

**AVANÇOS E DEBILIDADES**

O 5º congresso deve analisar e debater sua trajetória e tarefas neste quadro. No período que vai do 1º congresso (1989) ao 4º (1999) – extremamente adverso ao movimento operário e sindical –, a CSC obteve importantes avanços na sua implantação e consolidação como corrente independente. Desde 1991, atuando na CUT, orienta-se por uma política unitária, de politização das lutas e na perspectiva das transformações estratégicas socialistas. Para isso, busca alianças, dentro e fora da CUT, visando fortalecer as lutas, em particular contra a brutal ofensiva da globalização neoliberal.

Esses dois momentos (implantação e consolidação) registram fases de crescimento, com a ampliação da nossa representação na executiva da CUT, de três membros, em 1991, para cinco, em 2000; conquista da direção da CUT/Bahia; expansão da representatividade política; reconhecimento como força destacada do sindicalismo; e inclusive, com o aumento da sua influência no sindicalismo classista latino-americano.

Por outro lado, é forçoso reconhecer os limites desses avanços, especialmente no que se refere ao alcance da batalha pela hegemonia no sindicalismo, e também constatar nossas visíveis debilidades no sentido de um

forte enraizamento organizativo nos Estados, nos ramos mais dinâmicos e nos sindicatos estratégicos.

Nossas críticas à política da CUT e a atuação firme de nossos dirigentes na direção das lutas da central surtiram alguns resultados. Mesmo mantendo suas concepções majoritárias presas ideologicamente ao reformismo social-democrata, a atual gestão da central avançou em relação à anterior.

Sob outro ângulo, devemos ressaltar como positiva nossa ampla atuação em defesa da unicidade sindical e contra o desmonte da CLT, questões cruciais para os trabalhadores. Atuamos com elevada compreensão nestas duas frentes, conseguindo inclusive ganhar e neutralizar setores vacilantes e inconseqüentes do sindicalismo. Da mesma forma, a CSC atravessa um bom momento na sua atividade internacionalista, cabendo destacar os dois encontros classistas da América Latina, em Buenos Aires e Porto Alegre.

**NOVA FASE**

Na fase atual, além da questão nacional, é necessário enfatizar as novas características dos enfrentamentos que ganham corpo na América Latina, diferentemente da Europa. É preciso extrair lições da insurreição popular que tomou o poder no Equador; da situação revolucionária, objetiva, na Argentina; do vitorioso contragolpe popular-revolucionário do Movimento Bolivariano na Venezuela; e do acirramento da luta na Colômbia. Por detrás destes processos encontra-se a ofensiva imperialista, militar e política dos EUA.

**REDUÇÃO DA JORNADA**

CUT e Dieese lançaram, durante a 10ª Plenária Nacional da central, em maio, o Fórum Eletrônico pela Redução da Jornada. O site, acessado pelo endereço [www.tempolivre.org.br](http://www.tempolivre.org.br), é rico em informações sobre esta luta estratégica, apresentando inúmeros dados que comprovam que a redução da jornada é necessária e viável no atual estágio do capitalismo. No mesmo evento, a CUT aprovou o seu plano de ação, com destaque para a luta contra a reforma da CLT e a Alca, e em apoio à candidatura presidencial de Lula.

**FALSA CONCILIAÇÃO**

Apesar dos inúmeros alertas, só agora surgem as primeiras denúncias na imprensa contra as Comissões de Conciliação Prévia – as famosas CCPs, instituídas pela Lei 9.958, em janeiro de 2000. O assunto mereceu destaque na *Folha de S.Paulo* de maio último. Sob o título “acordo de conciliação lesa trabalhadores”, o jornal prova que vítimas desta arapuca recebem até 27% do que teriam direito em rescisões contratuais. Denuncia ainda “negociadores” da Força Sindical que cobram taxa de 20% sobre acordos de conciliação.

**PERDA ACUMULADA**

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, feita nas seis maiores regiões metropolitanas do país, em abril a renda do trabalhador voltou a cair (5,3% em relação ao mesmo mês de 2001) e o desemprego continuou a subir (7,6%, contra 6,5%). Nos últimos três anos, a perda salarial acumulada foi de 9,74%, já descontada a inflação. Estes números dramáticos talvez expliquem porque o tucano José Serra empacou nas pesquisas. Não é só pela sua cara feia, de “vampiro brasileiro”, como brinca o colunista José Simão.

Nesta nova fase, a CSC deve buscar estabelecer uma correlação direta entre a luta política, o avanço na disputa pela hegemonia e o fortalecimento organizativo. Ao lado das batalhas unitárias desenvolvidas pela CUT, deve desenvolver iniciativas próprias de ação política de massas. A partir dos sindicatos que dirige, os classistas têm ampla margem para a ação política, podendo conduzir lutas, agendas e campanhas próprias. Devem mobilizar os desempregados, os que estão no mercado informal ou executam trabalhos precários, setores que ficam à margem do sindicalismo. E combater todos os tipos de discriminações.

A luta por construir a hegemonia das idéias classistas não ganha conseqüência se ficar limitada aos efusivos discursos em congressos e às acertadas alianças que melhoram nossas posições no sindicalismo. É preciso, em nível nacional e de forma organizada, falar às amplas massas, conquistar sua confiança na luta concreta em defesa de seus interesses imediatos e futuros e transformar-se num instrumento de ação política de massas com uma direção consciente e conseqüente.

Não sendo uma central, sem amarras institucionais, a vocação da CSC é imprimir a educação de classe no sindicalismo e desenvolver seu caráter amplo, unitário e combativo. Na luta, deve ser uma referência para atrair os trabalhadores ao projeto socialista e ao fortalecimento de sua organização política de classe. Em torno destes objetivos, os classistas precisam realizar importante crítica e autocrítica de suas atividades, muitas vezes corroídas pelo corporativismo e pela falta de fraternidade na relação inter e intracategorias, e devem ter ousadia e criatividade para enfrentar as atuais exigências

que a luta política nos impõe.

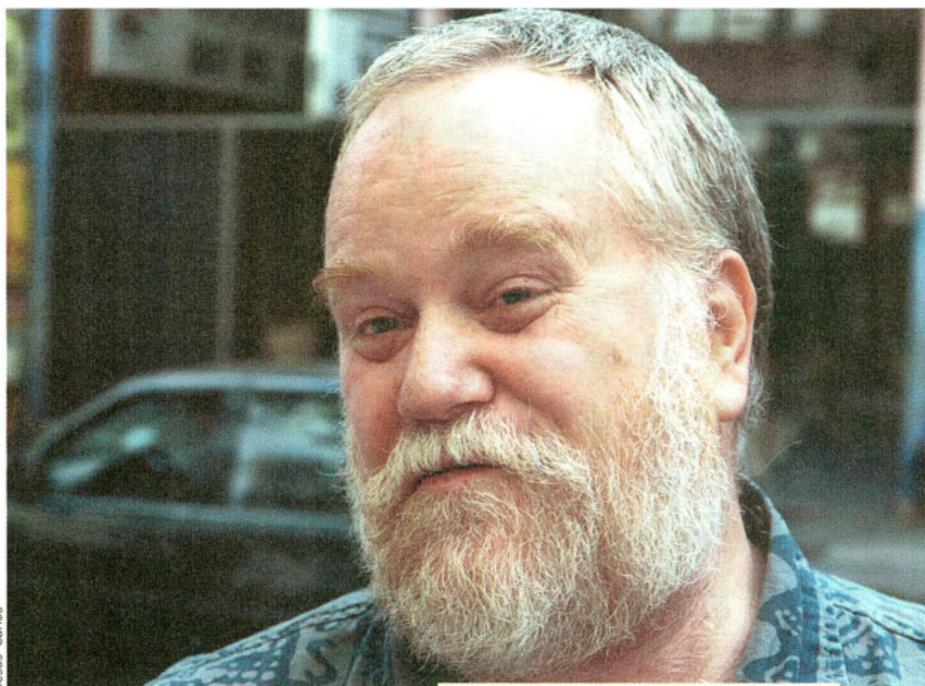
A nova fase configura tendências reais de acirramento da luta de classes em distintos terrenos. Vincula-se às necessidades prementes de intensificar o processo de politização das lutas e está estreitamente ligada à centralidade da luta antiimperialista. É indispensável entender que a questão nacional não pode ser isolada das contradições entre capital/trabalho e da questão democrática. A continuidade das campanhas contra a privatizações e o desmonte nacional deve se somar ao enfrentamento da “reforma trabalhista” de FHC, que tem origem nos laboratórios do FMI e evidencia o entrelaçamento entre as questões nacional e social. Assim, a CSC deve saber vincular, sem artificialismos, as diferentes batalhas, priorizando as campanhas pela redução da jornada e contra a Alca, como parte da luta em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. Todas essas questões surgirão com força no embate eleitoral deste ano.

O grande desafio da CSC, apontado no documento-base do 5º congresso e que explica a necessidade de fortalecer sua organização e influência política, é o de se colocar à altura desses novos tempos. Ela precisa ser capaz de conquistar e oferecer, no campo sindical, um amplo e massivo apoio à luta por um novo rumo ao país, uma alternativa ao neoliberalismo que – dependendo da correlação de forças – poderá ter uma orientação mais conseqüente e progressista, abrindo caminho a um novo sistema social, o socialismo.

João Batista Lemos é coordenador nacional da CSC e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

# “O mundo está se tornado menor”

Scott Marshall, 52 anos, é secretário sindical do Comitê Central do Partido Comunista dos Estados Unidos e integrante do sindicato nacional dos siderúrgicos. A entrevista a seguir foi concedida a *Debate Sindical* após uma concorrida palestra no Instituto Maurício Grabois, em São Paulo.



Jesus Carlos

*Debate Sindical: Como você avalia o avanço recente do desemprego nos Estados Unidos?*

**Scott Marshall:** As fábricas estão fechando e os poucos empregos que aparecem são para jovens. Eles recebem menos e as condições de trabalho são piores. Antes, um jovem encontrava um trabalho e ficava nele até a aposentadoria ou morte. Agora, ele já sabe que terá muitos trabalhos na vida. Uma das lutas do movimento sindical é pela jornada de trabalho de 40 horas semanais, com direito a saúde e outros benefícios. As pessoas estão trabalhando três, quatro,

seis horas, um dia aqui, outro lá – é o que vocês chamam de economia informal. Muitas pensam o setor informal como se fosse só o de serviço, mas não é. Agora, os trabalhos em fábricas e em construção estão sendo feitos dessa maneira informal. É uma situação muito grave.

*Quais são os fatores principais que impulsionaram a retomada da luta sindical norte-americana nos últimos anos?*

**Scott Marshall:** Foram anos de luta dentro do movimento sindical para levá-lo para outro caminho. O principal fator foi a

**“Há provas do envolvimento da Coca-Cola com os paramilitares na matança de ativistas na Colômbia”**

luta operária. A “globalização”, que é uma nova forma de imperialismo, colocou muita pressão em cima da classe operária estadunidense. Essa transferência de capital no mundo inteiro procurando remunerações mais baixas da mão-de-obra empurrou

## “A transferência de capital no mundo inteiro, que procura remunerações mais

os trabalhadores norte-americanos para a luta. Eles estão perdendo os direitos que conquistaram nos últimos anos. É muito natural, portanto, que eles se identifiquem com o que aconteceu em Seattle e a luta contra a Organização Mundial de Comércio (OMC).

*Qual o alcance da destruição da rede de proteção social construída desde o New Deal de Roosevelt até à “grande sociedade” dos anos Kennedy-Johnson?*

**Scott Marshall:** Estamos perdendo o direito de seguridade aos desempregados (seguro-desemprego). Já está vigorando a norma que determina um pequeno limite de tempo para o acesso ao sistema de bem-estar social. Após cinco anos, as pessoas não têm mais direito à comida para suas crianças. O sistema de educação pública está sendo desmontado. O transporte público piora e a qualidade de vida do povo se degrada. As mulheres e os afro-americanos ganharam a oportunidade de entrar em setores de trabalho antes proibidos. Agora, as oportunidades para essas pessoas não estão garantidas. Talvez a coisa mais importante seja que o salário está decrescendo. Não está sendo dada importância à segurança no trabalho e aumentam rapidamente os acidentes porque não existem mais as proteções que havia antes.

*E quanto às conquistas democráticas?*

**Scott Marshall:** Uma das coisas mais importantes do *New Deal* foi o direito de se organizar. Agora, esse direito está sendo limitado. As grandes corporações

estão gastando milhões de dólares para enfraquecer os sindicatos. Nesse período, desde o *New Deal*, houve lutas. Um acontecimento importante foi a resistência ao macartismo depois da guerra. Até então, o movimento sindical lutava pelo interesse geral da classe operária. A luta não era localizada e limitada à questão econômica. No final da guerra, um acordo uniu os sindicatos industriais na luta por um programa de aposentadoria para todos os trabalhadores. Mesmo com luta, quando chegou o ataque macartista a esquerda se enfraqueceu.

**“O sindicalismo documentou os danos que o Nafta está causando aos trabalhadores dos Estados Unidos”**

*Fale um pouco sobre o significado do 11 de setembro.*

**Scott Marshall:** No começo, foi um choque muito grande. Os trabalhadores tentaram resgatar as pessoas. Os capitalistas tentavam apenas resgatar o seu dinheiro. Os bombeiros foram verdadeiros heróis. O presidente Bush e outros políticos disseram que os adoravam. Depois, no Congresso, não permitiram a aprovação de uma lei que daria a eles o direito de fazer greve. Então, os bombeiros disseram: “Que hipócritas são vocês! Dizem que somos heróis, mas não nos dão democracia”.

*E como está a discussão a respeito da Alca em seu país?*

**Scott Marshall:** Existe uma oposição muito forte. Antes do 11 de setembro, não existia esperança de o governo Bush vencer a votação do *fast track* (via rápida) no Congresso. Os republicanos desistiram de colocar o assunto em votação porque sabiam que iriam perder. Mesmo depois do 11 de setembro, eles quase perderam – só ganharam por um voto. Esse bloco que estava contra o *fast track*, está contra a Alca. Há também republicanos que são contra – principalmente os que vêm dos distritos operários.

*Vocês já têm a experiência do Nafta. Contra a Alca, a luta pode ser parecida?*

**Scott Marshall:** Creio que sim. Quando o Nafta estava em vias de ser aprovado, mobilizamos o movimento sindical. Mesmo depois da aprovação, os trabalhadores lutaram. O sindicato dos siderúrgicos, por exemplo, fez um processo contra o Nafta, que chegou à Corte Suprema. E o movimento sindical continua produzindo material para documentar os danos que o Nafta está causando aos trabalhadores. Podemos dizer quantos postos de trabalho foram perdidos em cada Estado por causa do capital que foi embora. Temos, também, dados que comprovam que as fábricas norte-americanas instaladas no México não fizeram nada para melhorar o nível social e econômico dos trabalhadores mexicanos.

O movimento sindical foi muito consciente ao não colocar o trabalhador mexicano contra o trabalhador norte-americano. Não

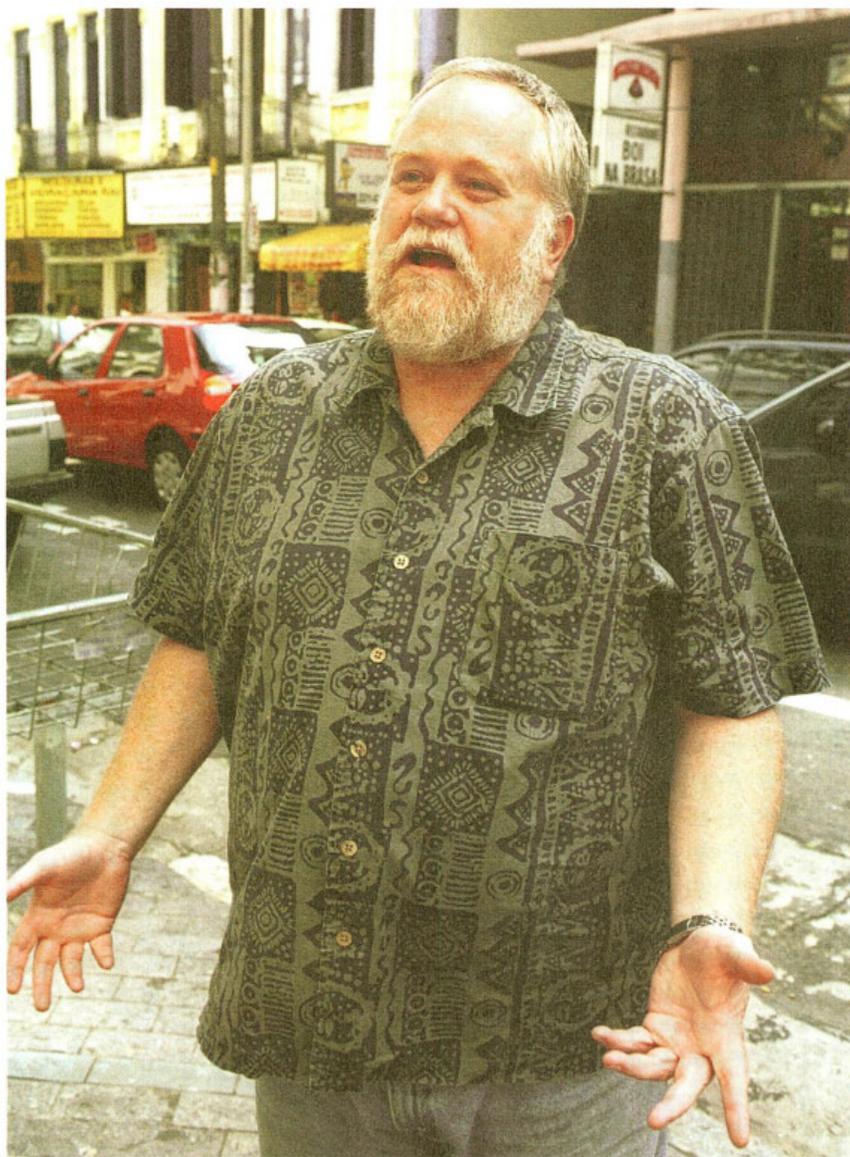
## baixas da mão-de-obra, empurrou os trabalhadores norte-americanos para a luta”

é uma luta entre trabalhadores. Fizemos uma campanha muito efetiva de formação para toda a classe operária. Dissemos que a consciência geral do trabalhador deve ser a de que a globalização não ajuda nenhum trabalhador. Os sindicatos dos Estados Unidos seguiram as fábricas que foram para os outros países. No México, ajudamos os sindicatos independentes a organizar os trabalhadores para lutar contra as mesmas empresas que atuavam nos dois lados da fronteira.

*Houve o caso da Coca-Cola na Colômbia, que ultrapassou as fronteiras do Nafta. Como foi?*

**Scott Marshall:** Por mais de dois anos, o sindicato siderúrgico acompanhou a situação dos sindicalistas da Colômbia. Participamos de uma organização que monitora o que está acontecendo lá. Os sindicalistas do mundo inteiro estavam criando uma maneira de observar a situação. Então, militantes do sindicato dos siderúrgicos foram aos locais mais perigosos, onde os paramilitares estavam matando sindicalistas. Juntaram informações sobre quantos foram assassinados, onde trabalhavam e outros detalhes. Achamos que havia provas do envolvimento da Coca-Cola com os paramilitares e a matança de sindicalistas. Decidimos que uma maneira de ajudar a luta dos sindicalistas colombianos seria ir a juízo dentro dos Estados Unidos e processar a Coca-Cola por seu envolvimento nos assassinatos.

*Que impressão você leva da situação dos trabalhadores brasileiros?*



**Scott Marshall:** Percebo que os trabalhadores querem se unir diante da ameaça da Alca. É uma ameaça comum a todos, mas, em especial, ao Brasil. Trata-se de um país muito grande, com uma imensa classe operária. É muito importante fortalecer as relações entre os sindicatos, como aconteceu com a luta contra a Nafta. Precisamos de conferências dos sindicatos do hemisfério, de

intercâmbio com trabalhadores brasileiros que possam ir aos Estados Unidos e trabalhadores estadunidenses que possam vir para cá. O mundo está se tornando menor, temos que promover essas relações entre os povos.

Entrevista concedida ao jornalista Osvaldo Bertolino, membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

# Efeitos da política de FHC para a juventude

O pacifismo burguês, almejado insistentemente pelas políticas do trabalho desde 1990, produz um resultado trágico para a juventude brasileira. Todos os vassalos das políticas públicas do trabalho encadeadas pelo governo FHC devem começar a se perguntar sobre o papel que a história lhes confirmará.

Os dados do Censo Demográfico, recém divulgados pelo IBGE, ajudam a desvendar o quadro de atrocidades que marcam os anos de FHC. Longe do incessante *blá-blá-blá* generalizado pelos mecanismos de comunicação alinhados com a dominação de classe e pela intelectualidade orgânica dos funcionários do poder, podem ser encontradas as pontas dos fios que levam ao novelo de uma realidade devastadora.

## RECORDE DO DESEMPREGO

Em primeiro lugar, o aprofundamento ainda maior do desemprego das classes trabalhadoras, em especial da força de trabalho na faixa etária de 10 a 24 anos, que responde por 47% do total da população em idade ativa do país (acima de 10 anos).

Quando comparado com a sua participação relativa no total da População Economicamente Ativa, nota-se que os jovens (de

MARCIO POCHMANN



**Atual violência juvenil é fruto da atuação do governo federal**

10 a 24 anos) representam 28,5%. Somente no desemprego total, constituem 49,9%. Ou seja, de cada dois desempregados no país, um possui menos de 25 anos de idade.

Para a faixa etária de 10 a 24 anos, a taxa de desemprego alcança 26,3%. Sabe-se ainda que no segmento de 10 a 15 anos, impossibilitado do exercício de trabalho pela legislação trabalhista em vigor, há 2,5 milhões de pessoas no mercado de trabalho brasileiro.

## EMIGRAÇÃO E MARGINALIDADE

Excluídos dos mecanismos de garantia de renda e vetados pelo mercado de trabalho que insiste em perseguir a escassez de oferta de trabalho, os jovens seguem, cada vez mais, sem perspectiva de futuro. Nesse caso, as possibilidades são distintas segundo a origem de classe social.

Para os jovens geralmente pertencentes às famílias com maior renda, a ausência de postos de trabalho estimula o abandono do país. Nunca, como nos anos 90, tantos jovens foram buscar fora o que lhes é negado internamente. Pelos cálculos da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, quase 1,4 milhão de jovens emigraram do Brasil.

De país agregador de significativas levas de população migrante desde o século 19, o Brasil transformou-se recentemente em exportador de mão-de-obra qualificada. Os Estados Unidos, a Europa e o Japão são locais de disputas crescentes dos jovens brasileiros com melhores estudos.

No caso dos jovens pertencentes às famílias de menor renda, a ausência de perspectivas para o futuro não está associada, na maioria das vezes, a emigração. Nas condições de produção de pobreza que estão inseridos, as oportunidades tendem a se concentrar no trabalho precário (emprego doméstico, ambulante, segurança, entre outros de baixo salário), quando não na prostituição, droga e criminalidade.

Assim, a violência juvenil, que consagra aos jovens os indicadores de homicídio sem paralelo nacional, somente associado aos países em conflito aberto, é produto da política do governo FHC. Interrompê-la é dever de todos que não pactuam com a tragédia juvenil em curso.

Marcio Pochmann é professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp/SP, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura do Município de São Paulo. Correio eletrônico: marciop@prefeitura.sp.gov.br

# Reforma trabalhista: evolução ou degradação?



Jesus Carlos

*“Entre o forte e o fraco, a liberdade oprime; é a lei que salva”.*  
Henri Lacordaire, frei dominicano francês (1802/1861)

ALDO REBELO

Quando o processo de globalização imperialista da economia mundial avança, os seus principais agentes – o capital financeiro internacional e as empresas multinacionais – reclamam mudanças no plano institucional, nos diversos países onde atuam, com o propósito de

nivelar por baixo o campo de competição mundial e elevar, assim, a lucratividade de seus investimentos. Utilizando a política da cenoura e do porrete, ao mesmo que elevam a classificação, nas escalas mundiais de competitividade, dos países em desenvolvimento que aderem aos

ditames do neoliberalismo, rebaixam os que não o fazem, ameaçando-os com o isolamento e a exclusão dos roteiros internacionais de investimento.

Na edição de 4 de maio último, a revista *The Economist*, um dos porta-vozes do capital financeiro, mandou de novo o

## Quanto mais desorganizados os trabalhadores e mais venais as elites, maior a

recado: “O melhor caminho para fazer do Brasil um lugar mais atrativo para os investimentos industriais é baixar os custos. E isso significa reformar o sistema tributário, liberalizar o mercado de trabalho e, acima de tudo, cortar o déficit público e assim baixar as taxas de juros”.

No mercado de bens e serviços, a tarefa de remover todos os impedimentos para a livre atuação das empresas está a cargo da Organização Mundial do Comércio (OMC), que através de sucessivas rodadas de negociação tem forçado os países em desenvolvimento a adotar regras relacionadas a investimentos, serviços e propriedade intelectual compatíveis com os interesses dos países ricos e das grandes empresas multinacionais. No setor financeiro, o papel de forçar os países a desregular o mercado está a cargo do FMI e do Banco Mundial, que se

aproveitam das situações de crise das chamadas economias emergentes (ou imergentes) para impor maior abertura e proteção ao capital financeiro a troco de empréstimos de emergência, como ocorreu na Ásia, em 1997, na Rússia, em 1998, no Brasil, em 1999, e agora na Argentina.

### NIVELAR POR BAIXO

No chamado mercado de trabalho, entretanto, a tarefa de desregular é mais complicada. Primeiro, por que não há interesse do grande capital financeiro em realmente globalizar esse mercado

permitindo a livre circulação de mão-de-obra de um país para o outro. A globalização é para as mercadorias e o dinheiro, não para o trabalho. Segundo, por que nos próprios países desenvolvidos há pressões significativas do movimento sindical. A não existência de regras nos países em desenvolvimento se constitui em instrumento de pressão das matrizes das multinacionais para rebaixar os salários nos países de origem, pois sempre é possível deslocar a produção para onde o custo do trabalho for mais barato. Daí, inclusive, a pressão do movimento sindical dos países ricos para a imposição das chamadas “cláusulas sociais” nas regras de comércio de bens e serviços na OMC.

Apesar dessas peculiaridades no que diz respeito ao processo de globalização do mercado de trabalho, não resta dúvida de que existe um movimento orquestrado em nível mundial cujo objetivo é articular a desregulamentação desse mercado tal como ocorre no setor de bens e serviços e na área financeira. A finalidade é nivelar por baixo as regras de funcionamento do mercado de trabalho no mundo. Tal movimento ocorre pela pressão difusa exercida tanto por organismos internacionais como o FMI, a OMC e o Banco Mundial, como em cada país pelos empresários preocupados em reduzir o custo do trabalho ao nível de seus concorrentes.

No caso de países como o Brasil, cujas vantagens comparativas encontram-se em mercadorias tradicionais, de pouca intensidade tecnológica, onde o preço de venda e, portanto, o

**O ataque às leis trabalhistas e à Justiça do Trabalho representa um recuo de séculos no plano jurídico e social**



Jesus Carlos

## violência contra os direitos

custo de produção é o fator mais decisivo na concorrência, esta pressão pela rebaixamento do custo do trabalho é ainda maior. Daí a gritaria do empresariado local e a inclusão dos chamados custos trabalhistas como um dos principais componentes do chamado “Custo Brasil”. Eis a razão do apelo por regras que hoje prevalecem nos demais mercados, ou seja, a lei do mais forte. O ataque que se assiste hoje à legislação trabalhista e à Justiça do Trabalho, com o intuito de relegar para o foro das relações privadas a resolução de conflitos trabalhistas – sob o argumento falacioso de que patrões e empregados podem resolver suas diferenças de maneira mais eficiente e eficaz sem a intervenção do Estado –, representa um recuo de séculos, no plano jurídico e social, da proteção do trabalho.

A fonte de tais direitos encontra-se no movimento sindical da Inglaterra do século 19, que deu origem ao poderoso partido trabalhista inglês e a doutrinadores como John Stuart Mill que, diante da constatação de que o *laissez-faire* em nada havia contribuído para a melhoria das condições de vida dos grupos mais pobres da sociedade, postulava que a distribuição da riqueza dependia fundamentalmente das leis e costumes da sociedade. Encontrá-la-emos, ainda, na doutrina social da Igreja, através de encíclicas, como a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e a *Mater et Magistra*, de João XXIII.

A legislação trabalhista brasileira não é, portanto, como muitos querem nos fazer crer, o resultado anacrônico do



Jesus Carlos

intervencionismo getulista no domínio das relações capital/trabalho e muito menos fruto temporário do pensamento de esquerda, em refluxo desde a *debacle* do antigo bloco socialista. É resultado, antes de tudo, de um movimento que se forjou em séculos de luta da classe operária e nas mais sólidas doutrinas sociais não só da esquerda, mas de amplos setores progressistas da sociedade moderna.

### EXPLORAÇÃO SEM LIMITE

É natural que quando a conjuntura internacional é adversa aos trabalhadores, como no momento atual, as classes dominantes procurem transformar em lei sua vontade e determinação de explorar sem nenhum limite o trabalho assalariado, suprimindo as regras atuais sob pretexto de “modernizar” as relações entre capital e trabalho. Tal movimento, evidentemente, não ocorre apenas no Brasil. Trata-se de uma onda mundial, cujo impacto em cada país depende em grande parte da capacidade de resistência de sua classe trabalhadora e da sociedade em geral diante do poder do grande capital. Quanto mais

desorganizados os trabalhadores, quanto mais venais e comprometidas com esses interesses as classes dirigentes, quanto mais frouxas as instituições, maior será o alcance desse movimento de supressão de direitos sociais.

No Brasil, em particular, tal conjuntura mostra-se duplamente desfavorável. De um lado, estamos à mercê dessa onda mundial associada ao processo de globalização, cuja ideologia é o neoliberalismo, no qual a desregulamentação transformou-se na principal palavra de ordem. De outro lado, a gestão macroeconômica anti-social do governo FHC descarregou sobre o trabalho todo o peso do ajuste econômico levado a cabo pelo Plano Real. Conjuntura desfavorável, entretanto, não significa que nossa luta esteja fadada à derrota. Quer dizer apenas que o elemento subjetivo da vontade deve adquirir força redobrada, pois se a marcha da história é cadenciada por fatos concretos, o seu rumo é dado, antes de tudo, pela vontade dos homens.

Aldo Rebelo é jornalista, deputado federal pelo PCdoB/SP, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e da Comissão de Trabalho e Previdência do Parlamento Latino-americano

# O salário mínimo em mais um

Mercado de trabalho abundante e omissão do Estado resultaram na intensa desvalorização do salário mínimo nos últimos anos

Em ensaio publicado anteriormente nessa revista, fiz menção à recorrência do debate sobre o salário mínimo às vésperas do 1º de maio e seu sistemático abandono no resto do período. Sem negar essa velha regra, debate-se novamente essa questão nessa mesma época de 2002. Ainda naquele ensaio, apontei a necessidade de um debate mais cuidadoso e complexo sobre a política de elevação real do salário mínimo.

Passados dois anos, pouco se avançou sobre a questão, tendo o salário mínimo recebido as atualizações anuais consideradas, por um lado, insuficientes pelos defensores de uma recuperação intensa de seu valor e, por outro lado, entendidas como adequadas pelos considerados paladinos da defesa dos limites orçamentários das empresas de menor porte e do Estado.

Nesse pequeno ensaio, retomarei um outro ponto de grande interesse para compreender certas razões que explicam o papel secundário dado a uma política mais efetiva para o salário mínimo: a sua vinculação com as dinâmicas da economia e



Jesus Carlos

do mercado e das relações de trabalho. Para tanto, é preciso voltar para o início dos anos 40, quando ele foi instituído.

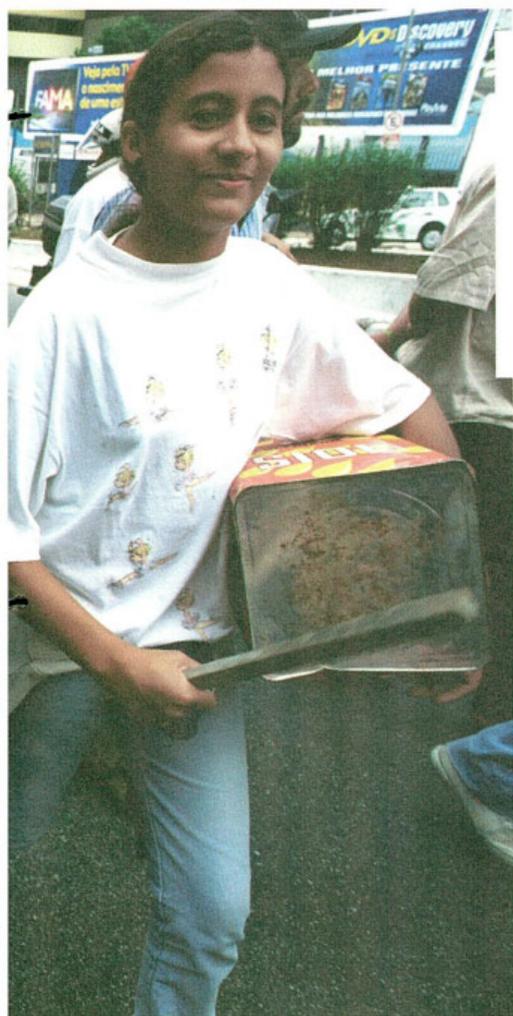
## INTERVENÇÃO DO ESTADO

A lei que regulamentou o salário mínimo dizia que seu valor deveria ser suficiente para manter o trabalhador e sua família. A partir de um levantamento das condições de renda da população

**A flexibilização de direitos, ao elevar o mercado informal de trabalho, vai agravar a situação orçamentária do Estado**

urbana da época, ficaram estabelecidos certos valores regionais para o primeiro salário mínimo. A adoção dessa política veio concomitantemente com o estabelecimento de uma densa

# outono brasileiro



## **Nos anos 40, a lei que regulamentou o mínimo dizia que o valor deveria manter o trabalhador e a sua família**

modo, um modelo de regulação do mercado e das relações de trabalho sustentada no Estado e no sistema de representação das empresas e dos trabalhadores. Portanto, a regulação dependia, como nas demais experiências nacionais dos países avançados, do desenvolvimento da representação coletiva dos atores e da negociação coletiva.

Mas para que se possa discutir esse fato, merece destaque uma pequena comparação do salário mínimo instituído e os níveis salariais prevalentes na época. Infelizmente, somente para a indústria de transformação são encontradas informações sobre remuneração. Em 1940, apenas as categorias metalúrgica e gráfica recebiam salários médios superiores ao do salário mínimo, devendo-se considerar, portanto, que parte ponderável dessas categorias recebia remuneração inferior à oficial. Essa comparação nos mostra a pouca efetividade do salário mínimo no mercado de trabalho não agrícola no início da década de 40.

A transformação do salário mínimo como um piso do

mercado de trabalho dependia, portanto, do modelo de regulação estabelecido. Isto é, da ação do Estado e do papel das negociações coletivas. Infelizmente, o Estado não exerceu seu papel e as negociações coletivas foram contidas, seja pelo sistema de organização sindical imposto, seja pela omissão do modelo de regulação quanto à gestão cotidiana das relações de trabalho no âmbito das empresas. Mesmo assim, o Estado reprimiu violentamente a ação sindical quando essa se mostrava capaz de modificar o quadro institucional.

Portanto, a efetividade do salário mínimo encontrava-se na dependência do bom funcionamento dos mecanismos do mercado de trabalho, isto é, de que o desemprego fosse baixo e possibilitasse um maior poder individual de barganha dos trabalhadores na fixação de seus salários. Somente assim seria aberto algum caminho para que houvessem pressões sobre o Estado para que esse reajustasse o valor fixado.

É sabido que essas condições quase nunca foram estabelecidas em nosso mercado de trabalho. Somente no início dos anos 70, foi observado um crescimento da economia com potencial suficiente para gerar escassez localizada de trabalhadores. Se desconsiderado esse pequeno período, constata-se que o mercado brasileiro de trabalho não agrícola foi sistematicamente, até o final dos anos 70, caracterizado por um excesso de mão-de-obra decorrente dos fluxos migratórios provocados por uma modernização agrícola descasada de uma política de reforma agrária. A crise dos anos 80 e a reorganização econômica violenta da década de 90

regulamentação do contrato e das relações de trabalho nas atividades não agrícolas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

É possível entender que essa intervenção do Estado no mercado e nas relações de trabalho visava garantir uma remuneração e um conjunto de direitos mínimos ao trabalhador não agrícola, devendo as negociações coletivas obterem resultados que deles se distanciassem. Propunha-se, desse

ampliarão ainda mais essa abundância de mão-de-obra, em razão do comportamento desfavorável do emprego nos segmentos formais da economia, em especial da indústria de transformação e da construção civil.

Face a um mercado de trabalho abundante e a omissão do Estado em atuar decisivamente sobre o salário mínimo, ao mesmo tempo em que coibia o desenvolvimento da negociação coletiva, foi possível mantê-lo pouco efetivo e realizar sua desvalorização com a intensidade encontrada nesses últimos 60 anos.

## **SUPERAR CONSTRANGIMENTOS**

Essas considerações permitem retomar o debate atual sobre o tema, pois explicitam dois aspectos decisivos para a busca de uma solução. Em primeiro lugar, qualquer política de valorização do mínimo requer a redução do excedente de mão-de-obra existente no mercado de trabalho. Ela depende, portanto, seja do crescimento econômico de mais longo prazo, em especial da indústria de transformação, seja do equacionamento da questão agrária e de outras políticas sociais que regulem o ingresso e a saída do mercado de trabalho. Se mantidos os elevados desemprego e informalidade, um salário mínimo mais elevado deverá ser contornado pelo crescimento de contratos de trabalho à margem da legislação existente.

Em segundo lugar, é necessário construir um sistema de relações de trabalho fundado no desenvolvimento das negociações coletivas que vigie e estimule a política do salário



## **Qualquer política de valorização do mínimo requer a redução do excedente de mão-de-obra existente no mercado de trabalho**

mínimo. Para tanto, não é necessário modificar a base de direitos estabelecida no artigo 7º da Constituição Nacional, como proposto no projeto de mudança do Artigo 618 da CLT encaminhado recentemente pelo governo. Ao contrário, a manutenção desses direitos é fundamental para garantir uma política de elevação do salário mínimo.

Ambos aspectos deverão favorecer a superação de um constrangimento real que recai sobre tal política: os limites de gasto do Estado tanto com o pagamento do funcionalismo como com o sistema previdenciário. A solução desse constrangimento depende de um aumento efetivo da arrecadação pública, inclusive da previdência social, garantido por um crescimento econômico e pela redução da informalidade em nosso mercado de trabalho.

A flexibilização de direitos, ao buscar adequar os custos salariais a um contexto de baixo desempenho da economia, provocará uma redução dessa

arrecadação, agravando a atual situação orçamentária do Estado. Bem como não induzirá uma redução da informalidade ao ampliar a dependência do trabalhador em relação ao empregador e ao reduzir a proteção feita pela regulação pública.

Esses argumentos deixam claro, ademais, que a valorização do salário mínimo não se constitui em uma política de curto prazo, dependendo da definição de uma estratégia mais complexa visando a recomposição do mercado de trabalho e o desenvolvimento de um sistema de relações de trabalho que não exija a flexibilização de direitos sociais. Nesse sentido, pode-se afirmar que o debate atual sobre o salário mínimo é claramente insatisfatório, permitindo que a proposição conservadora, graças aos reais constrangimentos orçamentários do Estado e a precariedade do mercado de trabalho predomine.

Em suma, o longo período de desvalorização do salário mínimo constitui um constrangimento efetivo na definição de uma política com real efetividade. 60 anos de uma política claramente desfavorável a sua efetivação como um piso para o mercado de trabalho nacional não serão superados com ações de caráter imediato. Ao contrário, essas, ao serem estabelecidas isoladamente, reiteram a longa trajetória de desvalorização de seu valor e de seu papel pouco virtuoso para o mercado e as relações de trabalho no país.

Claudio Salvadori Dedecca é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP e autor do livro "Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado" (Editora Unicamp). Correio eletrônico: cdedecca@eco.unicamp.br



Jesus Carlos

# A classe operária vai à escola

Não faz tempo, o presidente da Alemanha, Roman Herzog, declarou que um problema sério da economia do seu país é que há muitos gerentes para poucos empreendedores. Essa afirmação se insere na prédica liberal contra o *Welfare State*, o Estado de Bem-Estar Social europeu, mas é também parte do esforço para proclamar a vitória do liberalismo sobre a visão socialista, que lhe serve de antítese. Herzog está dizendo, no fundo, que o mundo é movido pelo indivíduo. E que o indivíduo é movido pela

**Num mundo dominado por oligopólios, a lógica liberal exaspera as diferenças sociais e eleva ao máximo a competição entre cidadãos**

OSVALDO BERTOLINO

necessidade. Se é assim, então o Estado deve, no máximo, regular as necessidades da sociedade e deixar a livre competição entre os

cidadãos equilibrar as coisas – além de esquecer aqueles que lhe devem impostos e de cortar a legislação que protege o trabalho. Esta idéia está contida, inclusive, na chamada “Terceira Via” de Tony Blair e companhia limitada.

Oportunidade é a soma da necessidade com as condições de satisfazê-la. Para o marxismo, os homens devem trabalhar solidariamente e repartirem o fruto de seu trabalho de acordo com o que cada um produz ou necessita. Para o liberalismo, o indivíduo deve ser instado à

## A cada aumento de 1% de desempregados, a mortalidade nos EUA é elevada em

maximização da eficiência competitiva e da produtividade. As diferenças entre indivíduos são criadas pela ordem divina para provocar a competição, da qual decorre maior eficiência, que produz melhores resultados. Nas palavras de Hayek, o mais destacado prócere do neoliberalismo, “as desigualdades do passado deram como resultado o bem-estar moderno para os pobres e intelectualmente menos aquinhoados”.

Como o liberalismo retomou a dianteira, perdida no decorrer do século XX, estamos vivendo a exacerbação da lógica que identifica no indivíduo a grande mola propulsora da sociedade. E, num mundo dominado por oligopólios, essa lógica exaspera as diferenças sociais e eleva ao máximo a competição entre cidadãos. Nas empresas, os que atingem o ápice da produtividade, permanecem. Os que ficam para trás – nas palavras de Engels os Lázarus das classes assalariadas –, perecem e devem ser ignorados. Mesmo que as oportunidades não sejam iguais por estes serem pobres ou “intelectualmente menos aquinhoados”.

### EFETOS PERVERSOS

O que impulsiona essas idéias do liberalismo hoje é, dentre outras coisas, a crise do capitalismo. Para tentar reverter a tendência de queda da taxa de lucro em decorrência dos altos investimentos em maquinaria moderna (a elevação da composição orgânica do capital), os monopólios e oligopólios investem em três frentes: aceleram

### Perspectiva política de transformação da sociedade a partir do mundo do trabalho está obviamente mais atualizada

o ritmo de inovação tecnológica, encurtam o tempo de circulação do capital (rápida produção e distribuição das mercadorias e obsolescência dos produtos) e reduzem os salários e encargos trabalhistas. Essa combinação resulta na decantada produção rápida e enxuta – numa palavra, a máxima produtividade possível. E, como conseqüência, exacerba as contradições do complexo ciência-produção-consumo.

O primeiro efeito gerado é o desemprego e seus subprodutos. Segundo dados norte-americanos, a cada aumento de 1% de desempregados a mortalidade entre a população é elevada em 2%; sobem para 3,4% as visitas aos hospitais e os suicídios crescem 4%. O segundo é que os países da periferia entram na divisão mundial do trabalho como acessórios. Mais de 80% da tecnologia mundial são propriedade dos grupos multinacionais. Nos seus interesses, os Estados dependentes criam legislação anti-operária, que limita salários, direitos e organização sindical e lhes concedem subsídios às custas de impostos recolhidos dos trabalhadores. E o terceiro efeito é a elevação do potencial de destruição das forças produtivas em decorrência das

crises estruturais do capitalismo. No período de superprodução, no qual não se utilizam todas as capacidades produtivas, imensos valores são exterminados a fim de manter os preços de monopólios.

Hoje o mundo presencia e sente a erosão do poder de compra dos salários e o conseqüente estreitamento do mercado de consumo. Está à vista, portanto, o desfecho de uma grande crise de superprodução – em decorrência do subconsumo, da insolvência da procura. Esse mecanismo também gera uma imensa transferência de capitais para a periferia do sistema que pode resultar, segundo alguns analistas, na formação de uma compacta classe operária intercontinental crescentemente combativa. Essa visão decorre de um fato relevante.

Na estrutura dos trabalhadores assalariados, aumenta a porcentagem dos operários de alta qualificação. A avaliação é que eles criam a parte leonina da mais-valia. E, como conhecimento gera conhecimento, diz o sábio adágio popular, esses operários são impelidos à compreensão de que o capital monopolista conduz à socialização do trabalho e da produção em proporções gigantescas – e ao crescimento do controle sobre a riqueza social e o trabalho por um grupo reduzido da oligarquia financeira. Trata-se, portanto, de um processo que eleva as perspectivas de desenvolvimento das aptidões intelectuais, tolhidas pelos oligopólios, e acirra o combate entre as classes distintas e oponentes do capitalismo. O desenvolvimento das contradições é que leva o homem a entender

## 2%, o número de suicídios cresce 4% e as visitas aos hospitais sobem 3,4%

melhor as coisas e indica qual caminho seguir.

Essa conclusão choca-se com a homilia do liberalismo a respeito do indivíduo. Para o marxismo, a atividade inovadora e criativa é intrínseca ao homem e surge do interior do seu ser. O problema não é criar incentivos para inovar – mas, sim, retirar os obstáculos para a natural atitude inovadora do indivíduo. Nos

“Manuscritos Econômicos e Filosóficos”, Marx diz que essa atitude existe como uma necessidade interna. Nos “Grundrisse”, ele escreveu: “O desenvolvimento universal, progressivo, sem obstrução e livre das forças de produção é em si mesmo a pressuposição de sociedade e, portanto, de sua reprodução”.

### ROMPER O CÍRCULO

Essas contradições desvendam o sentido do esforço do capitalismo para intervir com sistemas repressivos e de censura intelectual para impedir o avanço do conhecimento dos operários e limitar sua produção espiritual ao necessário para o capital constante. São os marcos da estrutura de uma sociedade dada que, em última instância, determinam o progresso ou o bloqueio científico e social. A lógica liberal comandada pelos oligopólios refreia naturalmente a inovação tecnológica. A elevação da porcentagem de capital investido em maquinaria (e em outros componentes do capital constante) não corresponde ao

**Há um processo de redefinição do perfil dos trabalhadores, que afeta as instituições do movimento operário e a sua cultura política**

retorno – a lei da tendência decrescente da taxa de lucro.

A perspectiva política de transformação da sociedade a partir do mundo do trabalho, portanto, está obviamente atualizada. Aqui merece atenção, no entanto, a redefinição do perfil dos trabalhadores, que afeta profundamente as instituições do movimento operário e sua cultura política. Para o liberalismo dos dias que correm, interessa a incorporação de trabalhadores jovens com novas habilidades e sem direitos. Há um aumento exponencial do número de horas trabalhadas – o relógio passou a ter tanta importância quanto as novas máquinas –, queda da massa salarial e do salário médio, deslocamento do trabalho fixo, estável e com direitos para o trabalho móvel e precário.



Jesus Carlos

Essa nova realidade e a ofensiva ideológica do capital levaram o movimento operário para a defensiva. Perplexo com a vertiginosa mudança, os sindicatos – alguns de maneira plenamente justificável – se apegaram à defesa do emprego e dos direitos conseguidos até os anos 80. Mas é hora de uma reafirmação da razão da existência do movimento operário, do seu papel como direção política. Um projeto nesse sentido ainda é algo que está para florescer no Brasil. Estamos, na melhor das hipóteses, esboçando o rompimento com o círculo da luta meramente setorial e corporativa e seus limites. Mas para ferir certeira e em profundidade a ordem liberal, precisamos acelerar o passo.

Oswaldo Bertolino é membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

MANOEL CAÇÃO E ALEXANDRE MAGALHÃES

# A violência da Fiat contra a

Em mais um gesto fascista, dirigente sindical é agredido na portaria da fábrica em represália à luta contra a redução do horário de refeição

Com a interrupção do processo parlamentar de quebra de direitos trabalhistas, o empresariado passou a desenvolver esforços próprios no sentido de flexibilizá-los pela via da pressão, buscando, pouco a pouco, celebrar acordos com os quais os assalariados abrem mão de um ou outro direito. Busca, com esta estratégia, forçar uma situação em que se imporia uma flexibilização "de fato" da legislação trabalhista, o que tomaria mais fácil a sua ratificação pelo Congresso Nacional.

É neste contexto que se insere o ataque mais recente da Fiat contra o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas (MG), que culminou com a agressão sofrida por um sindicalista na portaria da fábrica, em 27 de março, quando tentava evitar que funcionários com cargos de chefia tomassem o carro de som do sindicato. O diretor sindical Paulo Miguel Fernandes de Oliveira foi covardemente agredido com um chute no rosto, que lhe custou um corte de cerca de três centímetros na face esquerda. A ocorrência policial foi registrada no 4º DP, no centro de Betim.



Fotos: Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas

## RAZÕES DA VIOLÊNCIA

Segundo os dirigentes sindicais que trabalham na multinacional, a agressão foi incentivada pela empresa em represália à decisão tomada dias antes pelos trabalhadores de não

renovar o acordo que fixou em 30 minutos o intervalo para refeição. O fato foi denunciado, dias depois, em Carta Aberta à População, distribuída na região metropolitana de Belo Horizonte, onde a Fiat está instalada, e enviada a diversas entidades de

# organização dos metalúrgicos

**Resultado da ação fascista: só 2% dos operários estão sindicalizados – em 1990 o percentual era de 43%**

defesa dos trabalhadores e dos direitos humanos no país e no mundo.

Assinado pela primeira vez em 1993 e revalidado em 1997, o acordo que reduziu de uma para meia hora o tempo da refeição sempre gerou polêmica. Em 1997, por exemplo, o sindicato recomendou a rejeição do acordo, por motivo de saúde. Os metalúrgicos do turno de revezamento, porém, tiveram um ganho na ocasião. Para estes, houve efetiva redução da jornada semanal, que passou de 44 horas para 40h40, sem diminuição dos salários. Com a queda na produção no ano seguinte, a Fiat eliminou o terceiro turno e fez com que a jornada média aumentasse novamente, passando a 42h30 para os que trabalhavam em revezamento e de 44 horas no turno fixo. Os operários não receberam nada em troca.

Com a retomada das vendas em 2001, ano em que a Fiat assumiu a dianteira do mercado, duas turmas (turnos central e fixo), que tinham ficado de fora do acordo, também passaram a dispor de apenas 30 minutos para a refeição. Vários destes metalúrgicos buscaram a Justiça

do Trabalho para reivindicar o pagamento da outra meia hora como extra – a perda acumulada entre os operadores de processo industrial, função mais comum na fábrica, supera R\$ 2 mil por ano. A maioria obteve sucesso. Como a Fiat sabe que está errada e não quer perder dinheiro na Justiça, procurou incluí-los no novo acordo.

Nos dias que antecederam e que se seguiram à agressão, diretores do sindicato que trabalham na Fiat e nas empresas terceirizadas que operam na fábrica foram alvo de todo o tipo de pressão. Os CPIs – nomenclatura do Condutor de Processo Industrial que, na hierarquia da empresa, encontra-se acima dos operadores de processo industrial, a maioria dos empregados da produção – chegaram a usar de violência verbal e de ameaças de retaliação para convencer os sindicalistas a anularem a decisão da assembléia e a realizarem um plebiscito interno. Pressionados, os metalúrgicos não teriam outra alternativa: votariam pela manutenção dos 30 minutos para a refeição, como era o desejo da empresa.

**Ministério Público condena a Fiat: “A conduta da empresa expôs trabalhadores a acidentes e a doenças ocupacionais”**

Vale registrar que, em situação normal, os operários da Fiat em Betim são sempre orientados a não se aproximarem dos diretores sindicais que trabalham na fábrica, sob o risco de demissão. Participar de alguma atividade relacionada à entidade sindical chega a ser tratado como verdadeira “heresia” aos olhos da montadora. Esta pressão, em grande parte, explica, por exemplo, o fato de atualmente apenas 2% dos trabalhadores da Fiat serem sócios do sindicato – em 1990, o percentual era de 43%.

## JORNADA DESUMANA

A firmeza da direção do sindicato mostrou-se, porém, inteiramente acertada, principalmente após a divulgação dos resultados da investigação feita pelo Ministério Público do Trabalho na montadora. Segundo o MP, os operários da Fiat são submetidos a jornadas de trabalho desumanas que atingem 12, 14 e até 18 horas diárias. A constatação fez com que o MP, através da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, instaurasse inquérito civil público pedindo a condenação da multinacional. Para o MP, “a conduta da empresa expôs e continua expondo os trabalhadores a acidentes de trabalho e a doenças ocupacionais”, além de privá-los dos períodos de descanso legalmente instituídos.

O inquérito civil é resultado de denúncias apresentadas pelo

## Paulo Miguel foi covardemente agredido com um chute no rosto, que lhe custou



sindicato e de fiscalizações realizadas pela Subdelegacia Regional do Trabalho de Betim na empresa, durante pouco mais de um ano (11 de maio de 2000 a 19 de junho de 2001), período em que a Fiat foi seguidamente autuada pelo órgão. Foram, ao todo, dez autuações por prolongamento da jornada de trabalho (além das duas horas permitidas por lei); oito autuações por reduzir o intervalo de uma hora destinada às refeições e descanso; e cinco multas por não conceder o intervalo de onze horas consecutivas entre jornadas.

“A jornada de trabalho extenuante é substancialmente agravada em razão das demais irregularidades constatadas, ou seja, redução do horário destinado à refeição e da pausa entre jornadas”, diz o MP. As irregularidades praticadas pela Fiat se tornam ainda mais graves se considerado que elas não atingem apenas os trabalhadores contratados diretamente, mas também aqueles que prestam serviços através de empresas como a TNT que, em 1997, terceirizou toda a logística industrial da montadora; a Comau Service que, um ano depois, assumiu as

atividades de manutenção mecânica e elétrica; e a PowerTrain, fabricante de motores criada em 2000, após a associação da Fiat com a General Motors (GM). A decisão tomada pela assembleia, portanto, acabou respaldada pelo inquérito do MP.

Com base nos fatos apurados, o MP propôs à Fiat o pagamento de indenização em dinheiro, a ser remetida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a limitação da extensão da jornada em duas horas diárias e a concessão de intervalo mínimo de 11 horas consecutivas entre jornadas, além de um intervalo de uma hora diária para refeição e descanso, na forma estabelecida no artigo 71 da CLT. A mesma decisão vale para as empresas terceirizadas que prestam serviços no interior da montadora. Em caso de descumprimento das determinações acima, o MP prevê o pagamento de multa.

No inquérito civil, o MP incluiu também o resultado de uma ação fiscal realizada em março de 2001 por peritos do INSS. A empresa foi autuada em razão da constatação, até 1999, de 1.581 casos de Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR), sem a correspondente emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), instrumento previsto na legislação. Um dos auditores que fiscalizou a Fiat relatou que na fábrica “o ambiente de trabalho é extremamente insalubre, notadamente em função do ruído excessivo, genericamente disseminado, e da

existência de consideráveis riscos ergonômicos”.

No que se refere ao cumprimento das normas de saúde e segurança, o inquérito diz que os resultados da fiscalização mostram que a Fiat prioriza medidas paliativas, como a utilização de equipamentos de proteção individual que não têm a finalidade eliminar os riscos de acidentes. “Estes fatos têm inegável importância, pois, como é notório (sic), a jornada de trabalho relaciona-se diretamente com a ocorrência de acidentes e o surgimento de enfermidades ocupacionais”, diz o documento.

### MECANISMOS REPRESSIVOS

Mesmo ciente de todos estes problemas, nos últimos anos foram vários os esforços empreendidos pelo sindicato para estabelecer com a Fiat uma relação democrática, capaz de eliminar por completo os mecanismos repressivos utilizados pela empresa. Na prática, entretanto, as iniciativas que partiram da representação dos trabalhadores não tiveram uma contrapartida da empresa. Ainda em 1983, portanto há quase duas décadas, a direção da Fiat argumentava “falta de confiança” no sindicato. Naquela época, ainda se faziam presentes na memória da empresa as históricas greves dos metalúrgicos em 1978 e 1979. Para a multinacional, o sindicato precisava demonstrar disposição não apenas para o confronto, mas, sobretudo, para a negociação.

Num contexto adverso, o sindicato foi obrigado a assinar o acordo que permitiu o banco de

## um corte de cerca de três centímetros na face esquerda

### “TRABALHADORES FORAM USADOS”

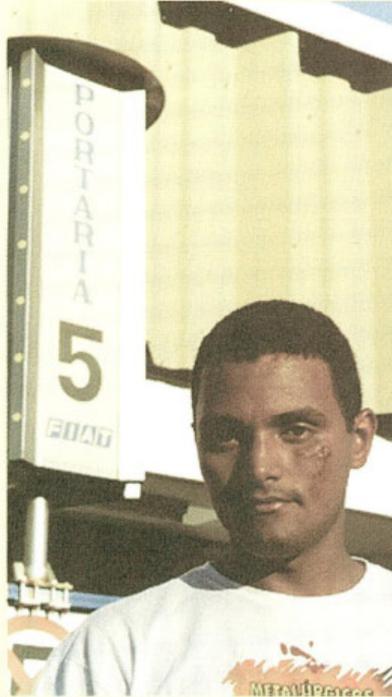
João Alves de Almeida é metalúrgico da Fiat há 22 anos e diretor do sindicato há 12. Na entrevista a seguir, ele fala sobre as pressões e ameaças que sofreu no interior da fábrica nos dias que sucederam a decisão da assembléia que aprovou o retorno do intervalo de uma hora para refeição na empresa:

*Que tipo de pressão vocês sofreram depois que a Fiat foi informada da decisão da assembléia?*

Tão logo a direção da empresa foi comunicada da decisão, funcionários que ocupam cargos de chefia orientaram os CPIs – que se encontram mais diretamente ligados aos metalúrgicos do chão de fábrica – a nos pressionar, xingar e, em situações extremas, até ameaçar de agressão física. Tinham sempre ao lado grupos de cinco, seis trabalhadores, para dar a impressão de que a vontade era deles e não da Fiat.

*E como os colegas do chão de fábrica reagiram a esta pressão?*

Houve casos de trabalhadores que chegaram a desabafar comigo, dizendo-se envergonhados de estarem colaborando com aquela situação. Argumentavam, porém, que estavam sendo ameaçados. Os CPIs diziam que aqueles que não aderissem às pressões ficariam “visados” pela Fiat e que o apoio ao sindicato poderia, a qualquer momento, custar-lhes o emprego.



*Você já havia vivido situação semelhante a esta na fábrica?*

A história do sindicato é recheada de confrontos com a Fiat mas, neste nível, buscando envolver os trabalhadores na ameaça pessoal a nossos diretores no interior da fábrica, nunca havia enfrentado.

*Como está o clima na fábrica agora?*

O pior já passou e a vida “voltou ao normal”, ou seja, a luta continua. Inclusive porque a Fiat já está fazendo circular na fábrica um abaixo-assinado em resposta à ação movida pelo Ministério Público, que condenou a empresa pela redução do intervalo de refeição. O objetivo é convencer o MP a desistir da ação. É sempre assim: pressão atrás de pressão.

horas na empresa, em 1998. A Fiat prometeu em troca a manutenção dos postos de trabalho. Mas o acordo não impediu que dali para frente fossem eliminados 15 mil empregos diretos. Na esteira deste acordo, vieram outros, como o da contratação por prazo determinado. Os esforços de negociação, porém, se revelaram inócuos, conforme ficou demonstrado, por exemplo, em 29 de setembro de 1999, quando uma tentativa de paralisação foi duramente reprimida pela empresa, com o apoio da Polícia Militar.

A luta empreendida pelo sindicato junto a Fiat não deve ser considerada um fato isolado. Ela se insere num contexto de resistência dos trabalhadores à política de flexibilização e de retirada de seus direitos, questão que ultrapassa as fronteiras das nações. A crise do capitalismo está levando os setores dominantes a uma ofensiva que já atinge até direitos antes caros à democracia burguesa.

Mesmo neste contexto, o sindicato reafirma a sua disposição de lutar pela redução efetiva da jornada de trabalho na Fiat. Isto apesar de saber que a luta pela ampliação dos direitos dos trabalhadores no país e, em particular, dos metalúrgicos da Fiat, passa pela eleição de um novo governo para o Brasil que, ao contrário de FHC, não privilegie os interesses do grande capital, mas esteja voltado às reais necessidades da população brasileira.

Manoel Cação é assessor político do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas e Alexandre Magalhães é assessor de imprensa da mesma entidade

# Ganha fôlego a redução

**A redução da jornada impõe-se como mecanismo criador de novos postos de trabalho e como medida capaz de dinamizar a economia**

INÁCIO ARRUDA

A redução da jornada apresenta uma singular particularidade entre as bandeiras de luta dos trabalhadores: decorre de um aspecto relevante do processo do desenvolvimento social representado pelo avanço da ciência à altura da terceira revolução tecnológica conhecida pela humanidade. Contamos 177 anos desde que, no 1º de Maio do ano de 1825, o inglês Robert Owen ensaiou, sem êxito, uma experiência utópica de colônias igualitárias nos EUA, no contexto de um capitalismo incipiente. As circunstâncias de hoje distam ainda 116 anos do momento em que os trabalhadores tomaram Chicago, no 1º de Maio de 1886, exigindo a jornada de oito horas diárias de trabalho – quando, sem o respeito à lei, a jornada chegava a ser de 12 horas por dia.

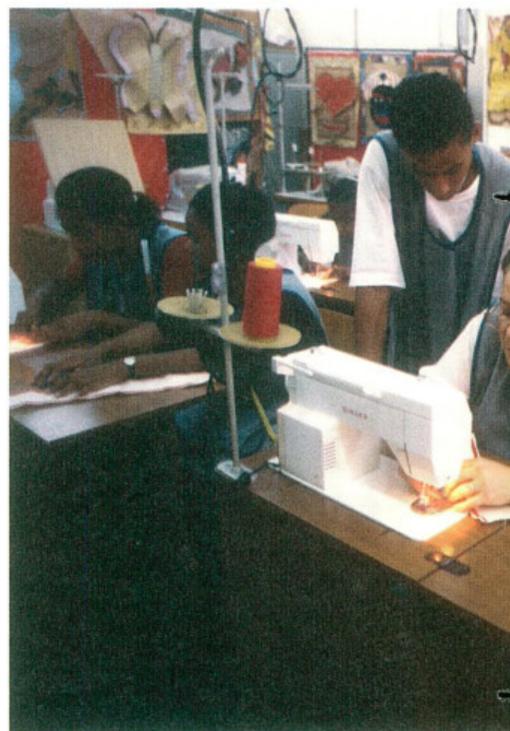
Hoje, os países industrializados, particularmente na Europa, adotam jornadas de trabalho que sinalizam para o reconhecimento dos avanços verificados. A atual situação do desemprego no Brasil, que atinge em média 20% nas regiões metropolitanas, expõe uma massa de desempregados da ordem de oito milhões de trabalhadores, necessitando de aproximados 1,5 milhão de novos postos de trabalho anualmente para absorver o contingente de jovens

que ingressam no mercado. No ambiente da atual política, apenas 36% dos jovens entre 15 e 24 anos têm emprego, outros 22% já trabalharam, mas estão desempregados. No total, 66% deles precisam trabalhar porque todo o seu ganho, ou parte dele, complementa a renda familiar.

Esse quadro incrementa a necessidade de um governo que privilegie o crescimento econômico e contemple a necessidade política da redução da jornada enquanto medida voltada para uma economia em expansão – capaz de gerar continuamente mais vagas de trabalho. Este governo deve oferecer um novo rumo para o Brasil, estimulando a dinamização do setor produtivo, fazendo emergir a economia do fosso especulativo no qual os recursos do investimento são direcionados para os compromissos com o FMI.

## JUROS CONTRA A PRODUÇÃO

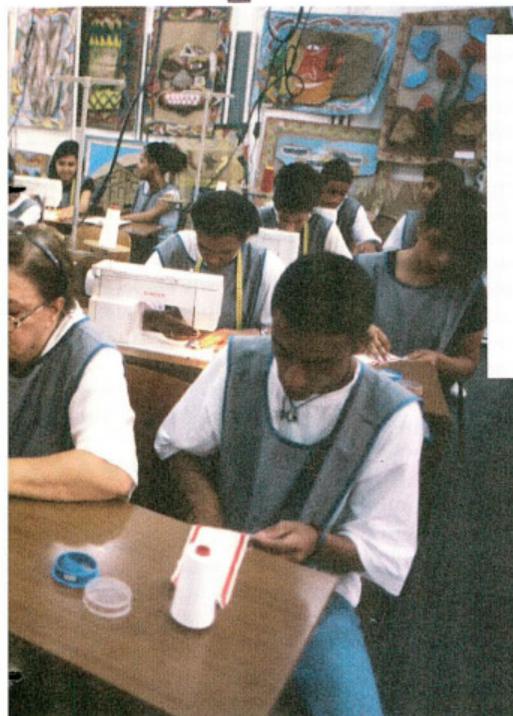
Nesse ambiente, o debate passa a envolver o empresariado que procura soluções de sobrevivência, requerendo condições que a atual política não oferece. Diversas situações indicam essa tendência. Além da abusiva tributação, os



proprietários industriais acusam o golpe especulativo dos elevados juros que sufocam a produção e pedem mudanças na política econômica. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, declarou que esses juros representam 10% do produto final da indústria e que a decisão de elevar o IOF deprimirá ainda mais as atividades produtivas. Em 1998, Piva antecipou as pressões sobre a política cambial, contrariando FHC quando a desvalorização tornava-se inevitável e aguardava apenas o final das eleições. Agora, pede correções de rumo quando a indústria nacional reclama competitividade (com juros baixos) para sobreviver no mercado global.

Mas, além de não reduzir juros, FHC se mantém firme ao

# da jornada



Jesus Carlos

## **A mobilização pela redução da jornada, em articulação com a retomada da expansão produtiva, ganha novo impulso**

política econômica. Nessas circunstâncias, a mobilização dos trabalhadores pela redução da jornada em articulação com a retomada da expansão produtiva pode abrir espaços para o debate de questões que encontram sérios obstáculos na taxa de lucro, na redução de salários ou no recurso abusivo às horas extras, entre outros. Na busca de objetivos que favoreçam a valorização da força de trabalho, os trabalhadores podem conquistar condições mais vantajosas na expansão dos seus interesses de classe, ampliando as possibilidades do emprego.

### **JORNADA AINDA MENOR**

Uma nova proposta de emenda constitucional (PEC número 393, de 2001), tramitando inicialmente na Comissão de Constituição e Justiça a partir de agosto (2001), foi apresentada – também em parceria com o deputado Paulo Paim. Nela, a jornada de trabalho passa a ser de 40 horas, a partir de 1º de janeiro de 2002, e de 35 horas, a partir de 1º de janeiro de 2004, com a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 100% à do normal;

e em 200%, aos domingos e feriados. Na PEC que apresentamos antes, limitávamos a pretensão à redução da jornada de 44 para 40 horas, suplementando as horas extras em 100% em relação ao valor da hora normal.

A PEC atual reflete a tendência histórica ainda mais acentuada à redução da jornada – inclusive pelo aumento da produtividade no trabalho no mundo, com a introdução de novas técnicas. Tal redução, no entanto, continua a depender das grandes lutas dos assalariados, tendo em vista a persistente tendência a empregar menos, sem diminuir a jornada de trabalho. Essa resistência esbarra numa outra tendência – à redução da jornada diária ou semanal – confirmada nos últimos anos. Em 2000, a França, que já se incluía no grupo de países europeus com jornada inferior a 40 horas (também o caso da Bélgica, dos Países Baixos e da Dinamarca), passou da semana de 39 horas de trabalho para a semana de 35 horas.

Insistimos assim, com mais fundamentos, na tese de que a redução da jornada impõe-se como mecanismo criador de novos postos de trabalho e como medida capaz de dinamizar a economia, estimulando também o setor de serviços, com impacto sumamente positivo sobre o mercado de trabalho, levando à criação de milhões de novos postos. As centrais sindicais já promoveram paralisações pedindo a mudança na legislação trabalhista a favor dos trabalhadores, sob o justo argumento de que a redução da jornada não oferece prejuízos. Pelo contrário, gera empregos em massa.

Inácio Arruda é deputado federal pelo PCdoB/CE e autor da PEC que reduz a jornada de trabalho

lado do FMI, dos banqueiros e dos EUA, realizando novos cortes no orçamento e contribuindo para desacelerar ainda mais a economia, cumprindo fielmente o acordo que fixou um superávit primário (receita menos despesas, excluindo os juros) de 3,5% do PIB (R\$ 40 bilhões). Como se não importassem os resultados eleitorais, amplia os cortes nos gastos públicos, atingindo empresas e seus empregados que certamente sofrerão com os cortes orçamentários de R\$ 5,3 bilhões anunciados pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, a pretexto do atraso na CPMF.

Não é, portanto, casual a melhor receptividade observada nas ocasiões em que Luiz Inácio Lula da Silva participa de encontros nas entidades empresariais, onde é significativa a ansiedade quanto a uma nova

# Preconceitos contra a candidatura de Lula

Luiz Inácio Lula da Silva dificilmente ficará fora do segundo turno da eleição presidencial de 2002. Seu sucesso, entretanto, dependerá da capacidade de superar a campanha preconceituosa que seus adversários lhe farão com base em cinco acusações: a) a de possuir baixa escolaridade; b) a de falta de experiência; c) a de ser apoiado por radicais; d) a de ser um perdedor; e) a de não trabalhar.

O objetivo dessa campanha difamatória é passar para o imaginário da população, a partir da tática de desqualificação, a imagem de um Lula analfabeto, preguiçoso, incompetente, perdedor contumaz e radical, que não teria condições de governar o país. Combater e superar esse tipo de preconceito, que será difundido por setores da direita, requer prudência, persistência e, principalmente, habilidade.

## RESPOSTA RACIONAL

Apenas como um exercício, sem a pretensão de assumir a defesa do candidato petista, reunimos dados e informações de domínio público que, segundo alguns analistas políticos, serão capazes não apenas de contrapor-se de forma racional a essas acusações, como até de tirar algum proveito delas.

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



**Êxito eleitoral dependerá da capacidade de superar ataques da direita**

Lula poderá argumentar que o fato de não ter cursado uma faculdade em nada atrapalha o exercício da presidência. A nação mais rica do mundo, os EUA, já teve vários presidentes sem curso superior, como Harry Truman e Ronald Reagan. Se título de doutor fosse sinônimo de capacidade de resolver problemas, o Brasil já teria acabado com a miséria, a fome, o desemprego e a violência.

Quanto à experiência administrativa, poderá explicar que são três as experiências de que necessita um bom presidente: arbitrar conflitos; definir prioridade; e capacidade de diálogo. Lula, com sua experiência de vida, as possui, seja como líder do principal partido de oposição, dirigente sindical ou presidente do Instituto da Cidadania, que já elaborou reconhecidos projetos de cunho social.

No que se refere ao apoio de radicais, Lula recebe apoio da intelectualidade, de setores empresariais, da igreja, do sindicalismo, de ONGs e, principalmente, dos descontentes com as políticas oficiais do governo federal. Isso não significa que compactuará com atitudes ilegais desse ou daquele setor.

## DOSE PARA LEÃO

A imagem do perdedor pode, sim, influenciar eleitores. Deve-se lembrar que Mitterrand, da França, só foi eleito na quarta tentativa e fez um bom governo. Além disso, pode-se enfatizar que, após três tentativas, Lula merece a chance de provar que será capaz de resolver os problemas sociais que seus antecessores, apesar dos títulos acadêmicos, não conseguiram.

Por último, a acusação de desocupado, apesar de falsa, ainda convence os desinformados. Assim, é fundamental demonstrar que o candidato trabalha, sim; que seu trabalho é requisitado e reconhecido por todos, inclusive nas universidades e nos organismos mundiais, onde já fez centenas de palestras.

Como se vê, não será tarefa fácil. Além da preocupação com o programa de governo, com as alianças eleitorais, etc., o candidato também terá que cuidar de reduzir o preconceito que os adversários tentarão difundir a seu respeito. É dose para leão.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Correio eletrônico: toninho@diap.org.br

# A Alca e os trabalhadores



Jesus Carlos

Uma sigla tende cada vez mais a fazer parte do vocabulário e do cotidiano do sofrido povo brasileiro: Alca. Apresentada como irreversível pelo governo dos EUA, a Área de Livre Comércio das Américas, prevista para vigorar em 2005, afetará drasticamente a situação dos trabalhadores, com profundos e

**Oposição à Alca ganha impulso; movimentos sociais organizam o plebiscito de setembro e 10ª plenária da CUT decide dar prioridade à campanha nacional**

ALTAMIRO BORGES

destrutivos impactos nos empregos, nos salários e nas suas condições de vida e trabalho. Negociada às pressas e de maneira sigilosa, a Alca objetiva servir aos interesses dos empresários norte-americanos, representando uma nova forma de anexação do continente, um novo e cruel tipo de colonialismo.



## “Multinacionais terão poder para processar governos e cobrar indenizações até se tiverem prejuízos com uma manifestação de rua”

A Alca pretende ser o maior bloco econômico do planeta, reunindo os 34 países do continente americano – que somam um Produto Interno Bruto de quase US\$ 11 trilhões e mais de 808 milhões de habitantes. Só para se ter uma idéia da dimensão do acordo, a União Européia, que demorou quase 30 anos para vigorar, conta com metade da população e cerca de US\$ 2 trilhões a menos de PIB. Somente Cuba, por rejeição dos EUA e também por sua defesa da integridade nacional, está de fora das negociações deste tratado.

Embora a sigla trate apenas do fantasioso “livre comércio”, o alcance da Alca será bem maior. Na prática, ela visa avançar na total desregulamentação das economias latino-americanas e na anulação completa do papel dos estados nacionais. “Trata-se de um projeto estratégico dos Estados Unidos de consolidação de sua dominação sobre a América Latina, por meio da criação de um espaço privilegiado de ampliação de suas fronteiras econômicas”, explica o economista e deputado federal Aloizio Mercadante (PT/SP).

Através da Alca, os EUA desejam impor ao hemisfério todas as regras negociadas na OMC (Organização Mundial do Comércio). Ela também seria uma extensão, para pior, do Nafta – o tratado em vigor desde 1994 que inclui Estados Unidos, Canadá e México. Com base nestes dois projetos, nas políticas de “ajuste estrutural” dos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) e também nos relatórios confidenciais dos

### HISTÓRIA SINISTRA

A proposta da Alca começou a ganhar corpo em 1990, quando George Bush, pai do atual presidente dos EUA, anunciou a sua “Iniciativa para as Américas”. Seu objetivo era a liberalização total do comércio, do “do Alasca à Terra do Fogo”. Em meados da década, Bill Clinton deu o primeiro passo neste rumo com a assinatura do Nafta, que entrou em vigor em 1994. No mesmo ano, em dezembro, ocorreu a I Cúpula das Américas, em Miami, com a presença de 34 governos do hemisfério (exceto Cuba). Ela aprovou a idéia da criação da Alca e fixou o prazo para a sua implantação em 2005.

A II Cúpula das Américas, em

negociadores da Alca que vazaram pela mídia, fica evidente que os trabalhadores latino-americanos – em especial, os brasileiros – nada têm a ganhar com esta nova ofensiva do imperialismo norte-americano.

### EFEITOS PERVERSOS

Vigorando as regras de “livre comércio” da OMC, com a eliminação das tarifas de importação e de outras medidas de proteção às economias nacionais, a tendência natural é que as megacorporações empresariais dos EUA abocanhem de vez os mercados da região. O resultado será a destruição do que resta do parque produtivo destes países. Indústria, agricultura, comércio e serviços ficariam ainda

abril de 1998, em Santiago (Chile), marcou o início formal das conversações, com a montagem do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), que reúne os ministros do comércio da região. Em abril de 2001 ocorre a III Cúpula, em Quebec (Canadá), já sob o comando de *baby-Bush*, que tentou encurtar a vigência do acordo, mas esbarrou na resistência de alguns governos latino-americanos. Apesar destas contradições, o ritmo das negociações segue acelerado. Já ocorreram seis reuniões do CNC e toda a semana os grupos negociadores se reúnem, em Miami, para avançar na redação do texto da Alca.

mais vulneráveis diante do poderio econômico norte-americano – que controla 80% do PIB do continente. Com a quebra das empresas nacionais, haverá brutal aumento do desemprego e queda dos rendimentos dos trabalhadores.

“Depois de um determinado período – de dez, no máximo quinze anos –, os países que aderirem à Alca não poderão ter nenhuma barreira tarifária ou não-tarifária. Então, do ponto de vista do comércio, farão parte do mesmo território dos EUA. Ocorrerá uma anexação na prática”, denuncia o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, exonerado pelo governo do cargo de diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty exatamente por suas críticas

corajosas a esta armadilha dos norte-americanos.

Para os apologistas da Alca, o fim das barreiras comerciais cria o paraíso do consumo. Mas o embaixador alerta os mais obcecados pela mídia. “O livre comércio para o cidadão, como consumidor, pode ser a possibilidade de comprar importados mais baratos e, por vezes, de melhor qualidade. Mas o consumidor, agora na condição de trabalhador, poderá perder o seu emprego. Os produtos importados mais baratos eventualmente acarretam dificuldades para a fábrica ou empresa onde ele trabalha”. A abertura comercial iniciada por Collor e acelerada por FHC é prova disto, com os recordes de desemprego na última década.

Além do desmonte de seus frágeis parques produtivos, as nações periféricas da região ainda esbarrarão na política protecionista dos EUA – que ridiculariza o slogan de FHC do “exportar ou morrer” e desmascara o mito do “livre comércio”. Na maior potência capitalista do mundo, predomina até hoje o discurso do “faça o que eu mando, não faça o que eu faço”. Ao mesmo tempo em que impõem aos governos fantoches que abandonem qualquer proteção às suas economias, os EUA utilizam verdadeira

**Para as mulheres, a Alca significa mais discriminação e exploração; para os jovens, aumento do desemprego e uma educação privada cara e inacessível**

artilharia pesada para proteger o seu mercado. Só nas últimas semanas, o presidente George Bush aprovou um subsídio de US\$ 70 bilhões para a agricultura norte-americana e impôs novas barreiras à importação do aço brasileiro.

Estes e outros ingredientes indicam que é impossível haver “livre comércio” entre nações desiguais, com relações tão assimétricas. Comprovam que a vigência da Alca seria fatal para as débeis economias latino-americanas. Apontam também para um desastre ainda maior no Brasil. Isto porque o país conta com uma economia de porte, possui vocação histórica para o comércio multilateral e é o único na região em condições de contestar a hegemonia dos EUA. Por outro lado, sua estrutura produtiva não é complementar à norte-americana, ela inclusive concorre em vários segmentos (automóveis, aço, soja, etc.); já a sua capacidade de produção é bem menor, assim como existem deficiências crônicas da nossa infra-estrutura básica.

A vigência da Alca reforçaria as fragilidades do Brasil diante dos EUA. Os impactos sobre a estrutura e a dinâmica da economia nacional seriam altamente destrutivos e regressivos, fazendo o país retroceder ao período colonial. Estes fatores também explicam porque a Alca só vingará se conseguir a servil adesão do Brasil. A estratégia expansionista dos EUA depende disto. Como diz o sociólogo Luis Fernando Garzon, “os dotes nacionais são inúmeros e invejáveis: a) um mercado interno que, apesar de elitizado, conta com mais de 30 milhões de consumidores; b) abundantes e valiosos recursos naturais, como a biodiversidade, petróleo, minérios metálicos; c)

Jesus Carlos



**“Alca é um projeto estratégico dos EUA de consolidação de sua dominação por meio da criação de espaço privilegiado de ampliação de sua fronteira econômica”**

conjunto de empresas altamente competitivas ainda sob controle interno, como a Petrobras, Furnas, Votorantim, Bradesco, Embraer, etc.; d) mão-de-obra relativamente qualificada e absolutamente mal paga; e) grande extensão de áreas de plantação, fornecedoras de matérias-primas agrícolas; f) um conjunto precioso de filiais de multinacionais com grande capacidade de reexportação”.

## COLÔNIA SEM LEI

Se na área comercial o desastre



## Movimentos sociais percebem que é urgente combinar as lutas específicas com esta batalha estratégica contra a anexação do continente

é previsível, em outros campos os fantasmas são ainda mais assustadores. A questão dos investimentos é uma das prioridades dos negociadores da Alca. A idéia é copiar o famoso Capítulo 11 do Nafta, que já causou fortes danos ao Canadá e ao México. Por este instrumento jurídico, a Alca permitiria às multinacionais processarem os governos locais por pretensa violação dos “direitos de propriedade”. Elas poderiam alegar que certas leis trabalhistas, normas de proteção ambiental ou mesmo códigos de defesa da saúde pública estariam afetando os seus sagrados lucros!

Além de exigirem a anulação destas leis, as empresas norte-americanas poderiam impor pesadas multas pelos “prejuízos financeiros”. Desta forma, ficaria totalmente limitada a capacidade dos governos locais de elaborarem políticas públicas. O quadro é tão dantesco que até o jornal *O Estado de S.Paulo* ironizou um relatório de 42 páginas do grupo negociador da Alca do tema investimentos. “As multinacionais terão poder para processar governos e cobrar indenizações até se tiverem algum tipo de prejuízo em consequência de uma manifestação de rua”. Este disparate talvez explique porque o governo brasileiro investe com tanta fúria contra a legislação trabalhista; o servil FHC estaria aplainando o terreno para a imposição da Alca!

Outro terreno minado nas negociações em curso é o que trata

**Empresas dos EUA criticam “monopólio do Estado” nas áreas de saúde e educação e pressionam para que todos serviços públicos rentáveis sejam privatizados**

dos “direitos intelectuais de propriedade”. As regras em discussão dariam poder às multinacionais para patentear todos os tipos de mercadorias. Multas e penalidades estão em estudo nos bastidores da Alca. Elas permitiriam, por exemplo, que as poderosas corporações farmacêuticas estadunidenses elevassem os preços de medicamentos vitais para a população. Desde 1996, quando entrou em vigor o acordo sobre patentes da OMC, os EUA patentearam 510 medicamentos e o Brasil, apenas 36. No mesmo período, as importações brasileiras de remédios norte-americanos

pularam de US\$ 25 milhões para US\$ 1,2 bilhão – um aumento de 5.000 por cento!

Os chamados “direitos de propriedade” também forçariam as nações latino-americanas a aceitarem os alimentos geneticamente modificados, favorecendo multinacionais como a Monsanto, Cargill e Archer. Esta pressão colocaria em risco a segurança alimentar dos países do continente, que ficariam totalmente dependentes dos interesses destas corporações, e geraria a falência de milhões de lavradores – que não têm acesso às caras patentes. Neste item, os negociadores da Alca ainda estudam a possibilidade de considerar as fontes de energia do continente (petróleo, gás, água, etc.) como “propriedade hemisférica”, repassando todos estes recursos estratégicos às empresas norte-americanas. A própria região amazônica tende a ser enquadrada como “propriedade hemisférica”, permitindo a sua “internacionalização”.

Por fim, neste breve denúncia, a Alca conteria ainda uma série de normas para “liberalizar os serviços” – uma categoria bastante ampla, que inclui educação, saúde, saneamento e todos os demais serviços que são pagos pelos contribuintes e são essenciais à vida. Os empresários norte-americanos, que controlam estas negociações, têm criticado o que consideram “monopólio do Estado” e exigem que



os serviços públicos rentáveis sejam privatizados. Estão de olho em recursos milionários. Os gastos mundiais com ensino, por exemplo, superam US\$ 2 trilhões; com saúde, os governos investem cerca de US\$ 3,5 trilhões. Com a Alca, eles procuram concretizar o velho sonho liberal de privatizar todas as dimensões da vida humana!

## INTENSIFICAR A RESISTÊNCIA

Diante do exposto, ficam patentes os efeitos nefastos desta “proposta” dos EUA. Uma cartilha editada pela coordenação da Campanha Nacional Contra a Alca lista alguns deles: “Para os 224 milhões de pobres e 90 milhões de indigentes latino-americanos e caribenhos, significa o reforço da mesma política que empobrece; para os trabalhadores, significa mais desemprego, mais precarização e menos proteção no trabalho; para os camponeses, significa o alastramento da agricultura empresarial e a entrada de produtos agrícolas dos Estados Unidos em condições desleais de concorrência; para as mulheres, significa mais discriminação, maior exploração do trabalho e redução do seu valor social ao simples valor do mercado; para os jovens, significa mais desemprego e educação privada inacessível aos que não podem pagar”.

Não é por outra razão que a “bomba a relógio” da Alca esbarra em contradições no interior das próprias classes dominantes tupiniquins e gera tanta resistência. Aos poucos, os movimentos sociais percebem que é urgente combinar as lutas específicas do cotidiano, geralmente fragmentadas, com esta guerra de caráter estratégico contra a completa anexação do

## COMO FUNCIONA

As pretensões hegemônicas dos EUA ficam evidentes ao se analisar as estruturas de negociação da Alca. Elas são totalmente impermeáveis à sociedade. Apenas os representantes dos governos e das corporações participam da negociata. Os Estados Unidos indicam nove integrantes para cada instância negociadora; os outros países nomeiam um assessor. Já as multinacionais, através do Fórum Empresarial das Américas, têm acesso seguro aos documentos em debate. Só nos EUA existem mais de 500 *lobbys* empresariais. Os próprios parlamentos locais estão excluídos, tendo o papel decorativo de ratificar o acordo na fase final.

continente. Prova disto é que crescem os protestos contra este intento imperialista. No II Fórum Social Mundial, em fevereiro, uma passeata com 40 mil manifestantes percorreu as ruas de Porto Alegre gritando a palavra de ordem “soberania sim, Alca não”.

Por todo o país são formados comitês contra a Alca, unindo diversos setores da sociedade – pastorais da igreja, sindicatos, sem terras, associações comunitárias, entidades juvenis e partidos de esquerda. O objetivo é esclarecer a população sobre as conseqüências desastrosas desta proposta e, desde já, preparar o plebiscito contra a Alca, marcado para ocorrer no Brasil na primeira semana de setembro, na simbólica “semana da pátria”. As consultas populares também deverão ocorrer nos outros 35 países do continente, conforme decisão do I Encontro Hemisférico Contra a Alca realizado em Cuba no final do ano passado.

A estrutura da Alca segue o seguinte organograma: 1) **Presidência da Negociação**, exercida em rodízio a cada 18 meses; 2) **Comissão de Negociações Comerciais (CNC)**, composta pelos ministros do comércio dos 34 países e responsável pela supervisão; 3) **Grupos de Negociação**. São nove grupos deliberativos e três consultivos. Para os especialistas, estas instâncias, com forte presença das corporações, são as que definem o futuro da Alca. Tratam de serviços; investimentos; contratos públicos; acesso aos mercados; agricultura; propriedade intelectual; direitos de compensação; competição; e resolução de disputas.

Neste esforço de resistência, o movimento sindical pode e deve jogar um papel de destaque. Como alerta Kjeld Jakobsen, secretário de relações internacionais da CUT, não há porque cair no fatalismo alardeado pela mídia. “Com os questionamentos e as contradições que cada vez mais se apresentam ao modelo neoliberal e o crescimento das mobilizações contrárias a ele, não é nenhuma utopia a possibilidade da Alca ser derrotada”. Com esta visão, no início de maio, 414 delegados presentes à 10ª Plenária Nacional da CUT, segunda instância da maior central sindical do país, aprovaram como prioritária nesta campanha, com a montagem de comitês em todos os sindicatos cutistas rumo ao plebiscito de setembro.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do CES, editor da revista *Debate Sindical* e organizador do livro “Para entender e combater a Alca” (Editora Anita Garibaldi, 2002).  
Correio eletrônico: aaborges1@uol.com.br

# O MST frente ao projeto

A trajetória do MST em 2001 foi marcada por uma postura *defensiva*, quando comparada com a ofensiva do movimento no primeiro mandato de FHC

CLAUDINEI COLETTI

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi o movimento social popular que mais cresceu no Brasil na década de 1990 e se constituiu no principal foco de resistência política ao projeto neoliberal que vem sendo implementado no país desde o governo Collor.

Fundado oficialmente em 1984, tem lutado pela reforma agrária e justiça social num país que possui um dos maiores índices de concentração de terras e de renda do planeta. E tem organizado em suas fileiras os pequenos agricultores sem-terra, os desempregados ou subempregados rurais, além dos desempregados urbanos sem perspectivas de encontrar emprego nas cidades. Atua hoje em 23 estados do país, com 585 acampamentos envolvendo um total de 75.730 famílias, e em 1.490 assentamentos envolvendo



108.849 famílias, segundo os últimos dados fornecidos pelo próprio movimento. Seus principais instrumentos de luta são as ocupações de terra, as marchas e as invasões de prédios públicos, todos usados como forma de pressão sobre o governo por desapropriações de terras e por assistência técnico-financeira aos assentados.

Nosso objetivo é analisar a trajetória do MST ao longo de 2001, trajetória esta marcada, a nosso ver, por uma postura *defensiva* do movimento, quando

**Política neoliberal prioriza exploração agropecuária para o mercado externo e marginaliza pequena produção agrícola**

comparada com a sua ofensiva política durante o primeiro mandato do governo FHC. Procuraremos indicar também algumas hipóteses que poderiam explicar esse recuo do movimento.

# neoliberal: avanços e recuos



explica também porque a prioridade da política neoliberal para a agricultura é a grande exploração agropecuária que produz para o mercado externo, implicando crescente marginalização da pequena produção agrícola, que produz alimentos para o mercado interno.

É nesse contexto que se insere a luta do MST. Ela foi marcada pela defesa da pequena produção agrícola e dos assentamentos rurais e teve como inimigos não apenas os grandes proprietários rurais e o governo, mas também as multinacionais de biotecnologia e as grandes indústrias importadoras de alimentos – no ano 2000, o Brasil importou 11,7 milhões de toneladas de algodão, arroz, feijão, milho e trigo, um recorde histórico. Em vista das dificuldades crescentes de viabilidade econômica e mesmo de sobrevivência dos assentamentos rurais já existentes, o MST, em 2001, ainda que não tenha deixado de batalhar por novos assentamentos, lutou prioritariamente contra os “transgênicos”, por crédito agrícola e pela renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados.

Sobre os “transgênicos”, em janeiro de 2001, durante o 1º Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), o MST participou da destruição de uma plantação de milho transgênico da Monsanto em articulação com a Via Campesina – movimento que coordena as organizações camponesas do mundo todo. Por trás desse ato simbólico estava uma questão fundamental: as

multinacionais de biotecnologia, através dos transgênicos, tentam criar uma relação de dependência entre os agricultores e as fábricas de sementes, o que, no limite, inviabilizaria a pequena produção agrícola.

A Monsanto, por exemplo, desenvolveu uma técnica que esteriliza a segunda geração de sementes, obrigando os agricultores a adquirir novas sementes a cada safra. Além disso, celebrou contratos com a Embrapa, entre 1997/2000, através dos quais esta entregaria à multinacional as variedades de soja desenvolvidas nos últimos anos, adaptadas às condições brasileiras, para serem transformadas em sementes transgênicas, resistentes ao herbicida Roundup, também da Monsanto. Em outubro de 2001, cerca de 1.200 trabalhadores ligados ao MST e a outros movimentos sociais no campo ocuparam o pátio da sede da Embrapa para protestar contra esses contratos, considerados “um atentado à soberania tecnológica e alimentar do Brasil”.

No que respeita à renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados, em novembro de 2001, após uma mobilização de mais de sete mil trabalhadores rurais ligados ao MST e ao Movimento dos Pequenos Agricultores em frente às agências bancárias de dez estados do país, o governo comunicou oficialmente a recontração das dívidas dos pequenos agricultores e assentados (estimada em R\$ 4 bilhões), o que significou uma certa vitória para o movimento.

## QUEDA DA PEQUENA PRODUÇÃO

Em 2001, pela primeira vez desde 1994, a balança comercial brasileira apresentou resultado positivo de US\$ 2,643 bilhões. Um dos principais responsáveis por esse superávit foi a exportação de produtos agrícolas, que passou de 14 bilhões em 2000 para 18 bilhões em 2001. Tal resultado foi importante à medida que o Brasil tem apresentado dificuldades em obter dólares para honrar seus compromissos externos. E

## Há denúncias de que a Força Sindical recebe dinheiro do governo para formar

**Postura defensiva  
decorre do boicote  
econômico, da  
repressão política  
e da campanha de  
ataques na mídia**



Jesus Carlos

Entretanto, o ano de 2001 não registrou avanço efetivo na luta do MST. Sua postura política foi de defesa da pequena produção agrícola e dos assentamentos, o que revela a preocupação em preservar conquistas já realizadas pelo movimento, constantemente ameaçadas pelo modelo neoliberal. É nesse sentido que falamos da postura *defensiva* do MST ao longo deste ano, postura esta relacionada ao boicote econômico, à repressão política e à campanha de desmoralização do movimento promovida pelo governo federal e pela grande imprensa.

### MANIPULAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS

Quanto aos assentamentos efetivamente realizados em 2001, não há ainda números confiáveis. Segundo dados do governo, teriam sido assentadas no ano passado 102.449 famílias (em

2000, 108.986 famílias; em 1999, 85.226; em 1998, 101.094). Mas sabe-se que estes dados são superestimados: das 102.449 famílias assentadas em 2001, 18.972 “encontram-se em fase de decreto ou subseqüentes”, isto segundo o próprio Incra. Ou seja, o governo admite abertamente que incluiu nesse número famílias que ainda não estão efetivamente assentadas.

Diante de denúncias realizadas em abril passado pela grande imprensa, de que o governo tem inflado os balanços anuais da reforma agrária para efeitos de publicidade, com assentamentos que nunca saíram do papel, o Ministério do Desenvolvimento Agrário não teve dúvida: mudou a sua definição de “assentado”. Pela regra anterior, uma família era assentada quando tinha seu lote demarcado, recebia infraestrutura básica (água, luz) e créditos para construir casas, comprar alimentos, etc. Pela nova

regra (portaria MDA número 080, de 24.04.2002), o “assentado” passa a ser definido como “o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso” no programa de reforma agrária.

Segundo análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), há uma diferença de 44% entre o número de famílias assentadas divulgado pelo governo e o número efetivamente registrado no Incra. Em 1999, o governo anunciou que assentara 85.226 famílias, enquanto os balanços detalhados do Incra apontam 53.197 famílias atendidas (diferença de 38%); em 2000, o governo fala em 108.986 famílias assentadas, enquanto a análise do Ipea indica 36.061 famílias em terras desapropriadas pelo governo, mais cerca de 20 mil famílias assentadas pelo Banco da Terra [1]. Isto significa que o governo, mesmo considerando as famílias assentadas pelo Banco da Terra, mais que dobrou o número de assentados em 2000. Se excluirmos dessa conta as famílias que compraram terras através do Banco da Terra, veríamos que o governo triplicou o número de assentamentos efetivamente realizados. Ora, quem garante que essa mesma operação não tenha se repetido para o ano de 2001?

## “lideranças” rurais e disputar espaço com o MST

Ainda que os números oficiais não indiquem isto, parece estar havendo, na verdade, uma diminuição, desde 1998, do número de famílias assentadas em terras desapropriadas pelo governo. A redução do orçamento destinado ao Incra (de R\$ 2,8 milhões em 1997 para R\$ 1,3 bilhão em 2001) é um indício de que tal redução estaria em curso.

### ESTRATÉGIA GOVERNISTA

No segundo mandato de FHC, a partir de 1999, delinea-se uma estratégia governista de combate ao MST que articula várias providências interdependentes. A primeira tem sido restringir as verbas públicas destinadas aos assentamentos – diminuindo, assim, o número de famílias assentadas –, encarecer e limitar o financiamento das famílias assentadas e enfraquecer as agências governamentais ligadas à agricultura familiar (Incra, Embrapa, etc.). Ora, essa providência torna menos eficiente a luta pela terra, complica a viabilidade econômico-financeira dos assentamentos e reduz a assistência técnica aos assentados, dando argumentos para os críticos do MST e da reforma agrária.

Em segundo lugar, a partir de denúncias realizadas pela grande imprensa no início do ano 2000, de que haveria desvio de verbas públicas destinadas às cooperativas e aos assentados para o MST, o governo tomou uma série de medidas repressivas contra o movimento: promoveu o descredenciamento de cooperativas e o cancelamento do projeto Lumiar (de assistência técnica aos



Jesus Carlos

assentados), com a demissão de técnicos e a abertura de sindicância no Incra para apurar pretensos desvios de recursos.

Uma terceira providência adotada pelo governo é a criminalização das lideranças do MST, com vistas a inibir suas ações e demonstrar à opinião pública que o movimento age fora da legalidade vigente. Quarta providência: criação do Banco da Terra, visando a implantar uma reforma agrária de mercado; proibição, através de medida provisória, de vistoria por dois anos em imóveis ocupados; exclusão do programa de assentamento do governo dos trabalhadores que praticarem “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”; e a inscrição pelo correio dos trabalhadores interessados em “receber” terras do governo, neste caso com ampla divulgação na mídia. Por fim, a quinta providência: estímulo governamental à criação de novos movimentos sociais no campo, menos agressivos politicamente e

mais dóceis. Há denúncias de que a Força Sindical, por exemplo, estaria recebendo dinheiro do governo para formar “lideranças” rurais.

Esse conjunto de medidas, a nosso ver, explica, em parte, a postura defensiva assumida pelo MST durante o ano de 2001 e a diminuição de sua agressividade política. Resta saber se é um recuo passageiro do movimento ou uma inversão da tendência de ascensão política vivida pelo MST durante a década de 90.

### NOTAS

<sup>1</sup> O Banco da Terra foi criado em 1999. O governo compra as terras destinadas à implantação de assentamentos rurais dos latifundiários (inclusive com recursos do Banco Mundial) e os assentados compram seus lotes através de um crédito fundiário.

Claudinei Coletti é mestre em ciência política e doutorando em ciências sociais na Unicamp/SP, pesquisador do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) e autor do livro *A estrutura sindical no campo* (Editora Unicamp, 1998)

# Defeitos do movimento sindical: o tempo ruge

Tenho insistido que o sindicalismo brasileiro está desbalanceado entre o movimento e a instituição. O movimento – com raras exceções – vai mal e institucionalmente mal conseguimos enfrentar os ataques dos adversários.

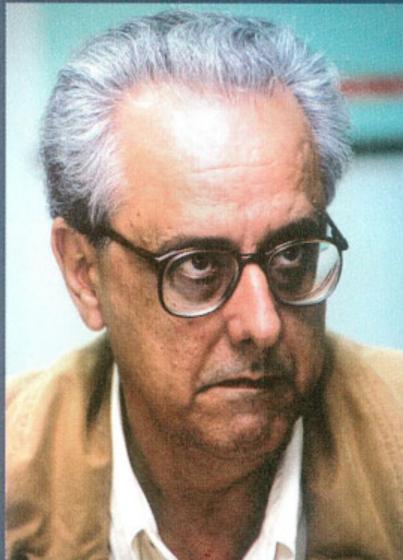
Um exemplo que já se tornou clássico foi o da luta pela correção das perdas do FGTS, totalmente travada pelos meios institucionais, sem nenhuma mobilização. Agora, o “maior acordo do mundo” virou um salve-se quem puder. A própria luta contra a violação da CLT demonstrou este desbalanceamento.

## ANO ELEITORAL

Ele é mais preocupante ainda por vivermos um ano eleitoral. O sindicalismo não consegue unificar uma plataforma mínima de resistência e de reivindicações para apresentar aos candidatos que, em geral, têm se furtado a assumir compromissos claros para o futuro, sindicalmente falando. A própria reivindicação dos metalúrgicos de São Bernardo a Lula, da criação do Fórum Nacional do Trabalho, necessita de precisões. Seu caráter positivo precisa ser concretizado através da vontade unitária do conjunto do movimento.

Nesta situação, destaco três

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO



**O sindicalismo brasileiro está desbalanceado entre o movimento e a instituição**

defeitos graves que contribuem para agravar ainda mais a situação. O primeiro deles é a recusa à mobilização e à luta unitária como primeira opção, facilmente substituída por “marketing”, iniciativas festeiras, conversa fiada ou capitulação pura e simples. É o famoso “não fazer marola”.

O segundo deles é a deterioração “lenta, gradual e segura” da condição dos dirigentes que se contentam em ser “diretores”, depois funcionários ou meros burocratas que vivem defendendo a própria sobrevivência e sua situação pessoal. É o famoso “quero me arrumar”, até mesmo eleitoreiramente.

## SUBESTIMAÇÃO DA ESTRATÉGIA

O terceiro é a subestimação da estratégia na condução das

lutas e das entidades, é a recusa a compreender e agir com vistas largas. É a famosa “da mão para a boca”. Este defeito é secular na prática sindical no mundo todo. Aponto um só exemplo. Um dos cientistas mais importantes do mundo moderno foi Norbert Wiener, o criador da cibernética. Para ele a nova revolução industrial arriscava “destruir a humanidade”.

Julgando seu dever alertar os trabalhadores sobre esta nova realidade, fez contatos com dirigentes do CIO (Congress of Industrial Organizations), que na época (fins dos anos 40) era a central sindical mais forte e mais “à esquerda” dos EUA. Segundo Wiener, os dirigentes o escutaram “com muita inteligência e simpatia”, mas não o compreenderam.

“Os sindicatos são dirigidos por pessoas perfeitamente treinadas para resolverem os problemas específicos da organização profissional e para enfrentarem discussões sobre os salários e as condições de trabalho, mas totalmente despreparadas para abordar as questões mais vastas, políticas, técnicas, sociológicas e econômicas, que dizem respeito à própria existência do trabalho”. (Esta citação não aparece na segunda edição de seu livro, de 1954, traduzida no Brasil com o título *Cibernética e Sociedade*, Editora Cultrix, 1968. Localizei a citação na edição francesa de 1971, citada por Pierre Thuillier).

Ainda é tempo de enfrentar estes três defeitos, mas o tempo ruge.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

# A falácia imperial e a questão nacional



Jesus Carlos

Neoliberalismo e globalização se tornaram as duas idéias-força mais importantes impostas ao mundo pelo imperialismo. “Globalização” passou a ser entendida como enfraquecimento das fronteiras nacionais quanto aos fluxos de mercadorias, capitais, etc., enquanto que “neoliberalismo” corresponde ao enfraquecimento do Estado, paralelamente ao fortalecimento do mercado global.

Para entender tal lógica é oportuno ter em mente que o centro do sistema capitalista passa pelo que se convém chamar de ciclo recessivo da economia. Logo, a abertura e a conquista de novos mercados são vitais para a sobrevivência do sistema e para abortar uma possível crise global de superprodução. Por isso, a ofensiva imperial nos incute a

não-necessidade do Estado no planejamento econômico, ficando a cargo deste somente o “controle” (leia-se repressão) social e a função de desregularizar as economias.

A verdade é que tal lógica somente é levada a cabo nos países periféricos, inviabilizados pelas dívidas externas e obrigados a seguir à risca os ditames do FMI. Já no centro do sistema, o planejamento estatal centralizado e os pesados investimentos estatais em setores débeis nos mostram o engodo acerca do fim do Estado e a necessidade premente de uma segunda proclamação de Independência em nosso país.

## EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA

A recuperação da economia e

“A nação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre... Não tenho dúvida de que todos os povos da terra caminham para ‘Um Mundo Só’. Isto virá por si mesmo, à medida que os problemas que não comportem solução dentro dos marcos nacionais se tornem predominantes... Porém o ‘Mundo Só’ não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos”. *Ignácio Rangel (1914-1994)*

ELIAS JABBOUR

dos espaços perdidos pelo imperialismo foi posta em prática pelo governo Reagan ao promover uma política keynesiana (não neoliberal) com a finalidade de se obter subsídios para a corrida armamentista, favorecendo a retomada da atividade produtiva, criando e importando milhões de empregos e estimulando indústrias de alta tecnologia (Microsoft, Boeing, etc.).

A abertura ao exterior deu-se de uma forma controlada, importando bens de consumo simples e duráveis, além de matéria-prima que ajuda a rebaixar os custos produtivos. As medidas neoliberais restringiram-se à diminuição substantiva nos gastos sociais (desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social), redução de impostos às empresas, aumento para a classe média, e na

desregulamentação das leis trabalhistas.

As estruturas fordistas das empresas foram abandonadas e substituídas por estruturas de tipo toyotista (flexíveis), acompanhadas de um planejamento central do Estado norte-americano, com proteção contra importações predatórias de automóveis japoneses. Tais reestruturações geraram um choque de demissões, como no caso da GE, que nos últimos 10 anos dispensou no mínimo 180 mil trabalhadores.

Logo, a política agressiva dos EUA deve-se a existência do Estado forte e do planejamento centralizado que caminha a passos largos rumo à terceira revolução industrial e à tomada de posição no acelerado desenvolvimento de um oligopólio mundial. A conclusão é de que o mito sobre o fim do Estado Nacional não passa de um produto para consumo externo, muito bem digerido pelos “donos do poder” no Brasil.

Basta analisar que as despesas estatais, em proporção ao PIB, aumentaram nos EUA e na França. Nos EUA, de 26,8%, em 1960, para 31,4%, em 1980, e 32,8, em 1998; na França, de 34,6% para 46,1% e para 54,3% no mesmo período. Se vistos os exemplos da Índia, Coréia e China, chega-se à conclusão de que os conflitos nacionais, assim como nos séculos XIX e XX, terão continuidade neste século também.

## DESNACIONALIZAÇÃO EM CURSO

O Brasil, entre 1930/1980, juntamente com URSS e Japão, tornou-se o país que mais cresceu no mundo. Buscou petróleo em águas profundas, tornou-se um dos maiores produtores de aviões de linhas regionais e colocou-se

em pé de igualdade com o centro do sistema na produção de cabos submarinos. Criou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e garantiu o controle brasileiro no setor de autopeças.

A partir da década de 90, porém, o país entrou num verdadeiro processo de “apostasia”. Hoje, exporta os nossos empregos e tornou-se o terceiro maior índice de desemprego do mundo. Agravaram-se os problemas das dívidas externa e interna e a inflação foi abordada via abertura indiscriminada do mercado e do arrocho salarial, facilitado pelo desmonte sindical capitaneado pelo governo de traição nacional.

O capital financeiro, estratégico para o desenvolvimento da nação, está sendo repassado para os bancos estrangeiros, que hoje já controlam cerca de 50% do setor. No início do século XXI, o capital estrangeiro controla 90 % do setor elétrico, 89% do setor automotivo, 77% do setor da tecnologia da alimentação, 74% das telecomunicações, 68% da indústria mecânica e 54 % do setor de plásticos e borracha.

A questão nacional torna-se, com a gravidade da situação imposta pelo imperialismo, não somente uma simples questão de tática no “elo frágil” do capitalismo, mas sim a única bandeira capaz de unir patriotas de todas as matizes. Passa a ser a abordagem mais conseqüente acerca do ciclo histórico da atualidade.

## ENCRUZILHADA BRASILEIRA

O “cotovelo histórico” que o Brasil vive hoje é semelhante aos períodos de 1815-48, de 1873-96 e de 1920-48, épocas em que a crise cíclica no centro do

sistema causou terremotos políticos e econômicos, que culminaram na Independência (1822), abolição dos escravos (1888), proclamação da República (1889) e na Revolução de 1930.

Ignácio Rangel, grande patriota e marxista, apontou-nos com conseqüência o dedo na direção da retomada do crescimento econômico e no desatamento dos “nós de estrangulamento” de nossa economia com investimentos maciços em infra-estruturas. O investimento, de um lado, geraria poupança e, do outro e assim sucessivamente, impulsionaria o motor primário do nosso desenvolvimento.

Rangel também apontou a necessidade do enfrentamento imediato do verdadeiro “nó” imposto pelo imperialismo: as dívidas externas e interna, que hoje beiram os US\$ 700 bilhões. Elas escravizam nosso povo, inviabilizam nosso progresso e nos impõe, via FMI, uma verdadeira “ditadura”, responsável direta pelo caos social. Um governo de unidade nacional e popular terá a tarefa histórica de rompimento com tal ordem de coisas.

Por tudo isso, não se pode dizer que existe um abismo entre os interesses nacionais e os dos trabalhadores. Está em curso uma ameaça real e séria de recolonização da nação e de conseqüente escravização laboral. Não podemos arcar com tal política de traição nacional e exportação de empregos. A tarefa colocada a todos na atual circunstância é o avanço na consolidação da nossa independência econômica e política.

Elias Marco Khalil Jabbour é professor, mestrando do programa de pós-graduação em geografia humana da USP, membro dos grupos de estudos *Pensamento de Ignácio Rangel e Marxismo+Brasil* e especialista em geografia econômica da China. Correio eletrônico: [eliasjabbour@terra.com.br](mailto:eliasjabbour@terra.com.br)



Jesus Carlos

# A “solução final” de Sharon

Que Ariel Sharon seja um *serial-killer* (como dizem os gringos, grandes entendidos no assunto), bêbado de sangue, só não o reconhecem seus sócios sionistas e seus protetores imperialistas. Cabe-lhe incontestavelmente a responsabilidade principal pelos horrores que vão se acumulando dia após dia na Palestina martirizada. Por mais celerado, porém, que seja o chefe do governo israelense, convém ter em mente que ele trabalha em equipe.

Ao desfilar provocadoramente, no dia 28 de setembro de 2000, pela esplanada das mesquitas (Haram al Sharif) de Jerusalém, lugar sagrado do islamismo, para escarnecer pública e acintosamente do sentimento

**Em abril de 2002,  
sem contar as  
centenas de vítimas  
fatais do massacre  
de Jenin, 1.438  
vidas palestinas já  
havam sido ceifadas  
pelo terrorismo de  
Estado sionista**

JOÃO QUARTIM DE MORAES

coletivo de um povo já tão oprimido e ultrajado, ele estava ladeado de uma guarda de cerca de mil esbirros, sem dúvida fornecida, já que naquele momento ele não exercia nenhum cargo oficial, pelo então primeiro-

ministro trabalhista Ehud Barak. Os dois – e seus partidos respectivos – estavam buscando um pretexto e preparando o cenário para um governo de “unidade nacional”, com Sharon no comando, e a guerra total de aniquilamento dos palestinos por missão.

O povo palestino, exasperado, quase desesperado, respondeu espontaneamente com uma nova rebelião nacional (Intifada), enfrentando os atiradores de elite da máquina bélica israelense, no mais das vezes sem outras armas além das pedras lançadas por meninos destemidos, muitos dos quais, quando capturados, tiveram a mão quebrada a marretadas. Mesmo quando armados, os patriotas palestinos lutam contra o ocupante

## A CNN e outros órgãos de “comunicação” imperialistas tentam difundir a crença

israelense em brutal desproporção de forças. É o que mostra a sinistra contabilidade das vítimas.

Nos primeiros quinze dias do levante, quando Israel era ainda governado pelos trabalhistas, foram mortos 95 palestinos, contra 4 israelenses. Um ano depois, aproveitando a ofensiva racista anti-árabe estimulada pelos atentados de 11 de setembro, Sharon ocupou seis cidades da Cisjordânia. A resistência armada palestina replicou em 18 de outubro, matando o ministro israelense do turismo. A tréplica do exército israelense produziu cinquenta mortos nos nove dias seguintes. Em abril de 2002, sem contar as muitas centenas de vítimas fatais do hediondo massacre de Jenin, 1.438 vidas palestinas já haviam sido ceifadas pelo terrorismo de Estado sionista. Sem esquecer os muito mais numerosos feridos graves e mutilados de todas as faixas etárias.

### MANIPULAÇÃO DA MÍDIA

Cumprindo sua tarefa, que é criminalizar a violência dos oprimidos para justificar a dos opressores, a CNN e outros órgãos de “comunicação” imperialistas lograram, junto ao público mal-informado ou intoxicado pelo racismo, difundir a crença de que a luta de libertação nacional do povo palestino consiste principalmente em atos terroristas. O espetáculo de corpos destroçados, de sobreviventes arrasados pela dor, sejam eles palestinos ou israelenses, é sempre horrível.

Mas o colono israelense que assassinou 29 palestinos numa mesquita de Hebrón em 1994 foi sempre chamado de “extremista” (termo que não tem conotação jurídica de crime) pelos “comunicadores” do dólar, que reservam para os árabes o qualificativo de “terroristas”. Durante o último mês de abril, enquanto o exército israelense, após ter aniquilado o campo de refugiados de Jenin, impedia o acesso de uma missão da ONU ao local, estes mesmos jornalistas “informavam” que não tinha ocorrido lá nenhum massacre.

Se os militantes dos movimentos de resistência armada dos palestinos se dispõem a morrer matando, é porque sofrem opressão tão insuportável que a morte se torna preferível à atroz miséria da existência. Não possuem os mísseis, tanques, bulldozers, helicópteros e outros engenhos bélicos, inclusive químicos, de última geração, de

que se serve o exército de ocupação israelense para arrasar cidades inteiras (inclusive cerca de sete mil residências) e também para destruir a base da economia camponesa: em um ano e meio, 112.900 oliveiras foram arrancadas, sem esquecer o roubo da água, tão escassa na região, quase toda confiscada em proveito dos consumidores judeus.

Desafiando e desmoralizando a ONU com a arrogância de quem sabe contar com o apoio praticamente irrestrito do Império estadunidense, Sharon oferece aos palestinos a opção entre a paz da servidão (continuar vivendo como párias em sua própria terra) e a dos cemitérios. Em conluio com Bush filho, ele submeteu Arafat a uma sórdida agiotagem política, responsabilizando-o não somente pela Intifada (como se ele pudesse controlar um levante nacional) como também por todas as operações armadas palestinas em

Israel. Como se não fosse óbvio que Arafat já tinha ido até o extremo limite da possibilidade de reprimir o Hamas e os outros movimentos guerrilheiros sem provocar uma guerra civil interpalestina.

Mas é exatamente isso que pretendem: que os palestinos, em vez de resistirem aos ocupantes, se matem uns aos outros. Durante vários meses, ao mesmo tempo em que o exército de Israel mantinha Arafat prisioneiro em Ramallah, o tenebroso energúmeno da Casa Branca exigia que ele pusesse fim aos ataques suicidas. É como algemar alguém e exigir que ele abra os braços.



## de que a luta do povo palestino consiste apenas em atos terroristas

### ASSOCIAÇÃO DE MALFEITORES

Vem de longe a parceria entre os aparelhos policiais e bélicos do Império do dólar e do Estado sionista. Ela se explica, em boa medida, pelo considerável poder financeiro e eleitoral da comunidade judaica dos Estados Unidos. Mas corresponde também a fatores estratégicos decisivos, notadamente ao controle do petróleo do Médio Oriente. A revolução iraniana de 1979, privando os imperialistas de uma de suas mais fiéis criaturas, o ultra-reacionário Xá Pahlevi, conferiu importância ainda maior ao aliado sionista.

Ronald Reagan, em sua campanha presidencial de 1980, reiterou elogios aos militares de Israel, “prontos para combater”, constatando que “se não existisse Israel, com sua força, teríamos de supri-la com nossa própria força”. Na presidência do Império, ultrapassou largamente estas promessas eleitorais, mandando seu secretário da Defesa, Caspar Weinberger, assinar, no dia 30 de novembro de 1981, com seu colega israelense Ariel Sharon, que iria logo depois comandar a invasão do Líbano e o horripilante extermínio das aldeias de Sabra e de Chatila, um protocolo que conduziu a um novo patamar a “cooperação estratégica” entre ambos.

Até então esta “cooperação” era discreta porque consistia em ampla e mutuamente proveitosa divisão do trabalho sujo de apoio aos mais tenebrosos regimes e movimentos contra-revolucionários. Israel assumiu, com cinismo inigualável, aqueles negócios que seus próprios



### Desafiando a ONU, Sharon oferece aos palestinos a opção entre a paz da servidão ou a paz dos cemitérios

patronos imperiais achavam sujos demais, notadamente com o “apartheid” na África do Sul. Em 1973, o chefe do Bureau of State Security (BOSS), máquina de triturar os anti-racistas sul-africanos, visitou Israel para consolidar a aliança e a fraterna identificação do regime do “apartheid” explícito com o do “apartheid” tácito. Em abril de 1976, o próprio primeiro-ministro sul-africano John Vorster foi recebido pelo Estado sionista, num contato tão caloroso que os dois governos instituíram uma comissão ministerial conjunta. Os três tópicos principais desta profícua colaboração foram o comércio de armas, a tecnologia nuclear e a “contra-insurgência”. A suspensão, em 1976, da cooperação militar estadunidense com o regime de Pinochet, ensinou aos israelenses mais uma estupenda carteira de negócios

bélicos, que também incluía os regimes celerados da América Central.

Tantos serviços prestados à causa da contra-revolução internacional fazem do Estado sionista peça-chave do sistema de dominação imperialista. Por isso, ao lutar pela libertação nacional, os palestinos defendem a causa de todos os povos oprimidos do planeta. Se não devemos esquecer que nem todos os israelenses apóiam a “solução final” de Sharon e Bush filho, não podemos, menos ainda, nos iludir com os que falam em paz sem falar em justiça. Um “Estado” palestino reduzido a enclaves não contíguos e economicamente inviáveis, cercados de tropas israelenses de todos os lados, como os tristemente célebres “bantustões” criados pela África do Sul racista, não trará paz nenhuma, porque será um grotesco arremedo de justiça.

João Quartim de Moraes é professor do departamento de filosofia da Unicamp/SP, membro do conselho editorial da revista *Crítica Marxista* e organizador da coletânea *História do marxismo no Brasil* (Editora Unicamp)

# O descrédito da

Na Alemanha, o governo social-democrata de Schröder investe contra os direitos trabalhistas e conta com a cumplicidade da DGB, a poderosa central sindical do país



O “camarada dos patrões”, como é designado na Alemanha o chanceler Schröder, e o seu gabinete executam uma política contra os direitos dos trabalhadores. No mesmo dia em que a França foi abalada pelo terremoto das eleições presidenciais, a social-democracia sofreu na Saxónia-Anhalt a maior derrota eleitoral jamais verificada na Alemanha Federal em eleições regionais, baixando de 35,9 para 20%. A abstenção subiu de 28,5 para 43,5%. Os Verdes ficaram reduzidos a 1,5%.

Eleito, há menos de quatro anos, com os milhões de marcos da central sindical alemã, DGB, o “camarada dos patrões” e o seu gabinete têm executado sucessivos atentados contra os direitos dos trabalhadores, que superam de longe as crueldades da política anti-social do antigo governo de Kohl.

A privatização e reformas das pensões, outrora tão desejada pelo democrata-cristão Blum, está sendo consumada pelo antigo vice-presidente do sindicato dos metalúrgicos e atual ministro do Trabalho, Walter Riester, sem a menor oposição das direções sindicais ligadas ao SPD (Partido

Social-Democrata). A reforma fiscal, esse banquete dos multimilionários que a democracia-cristã procurara várias vezes cozinhar sem sucesso, foi servida por outro social-democrata, o ministro das Finanças, Eichel.

Não menos espetacular foi a rápida conversão de Schröder e do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Fischer, ao intervencionismo e ao militarismo. Quem imaginaria que dois dirigentes políticos que em 1991 se manifestavam nas ruas contra a agressão dos EUA e da NATO ao Iraque fossem os principais responsáveis pelo ressurgimento de avisos que desde 1933 não se tinham voltado a ouvir na Alemanha, como «votar Fischer, é votar na guerra!»?

Entretanto, o lucro bruto das sociedades de capital alemãs subiu nos últimos dez anos 79,1%, enquanto os membros dos conselhos de administração das 30 empresas mais cotadas na Bolsa de Frankfurt se atribuem anualmente aumentos na ordem dos 30%. Segundo o «Handelsblatt», esse aumento terá mesmo atingido em 2001 a marca incrível dos 64%.

## TRAÍÇÃO AOS TRABALHADORES

Nesta situação, os sindicatos dominados pela social-democracia, em vez de impulsionarem a luta pelo pleno emprego, pela justiça social e pela paz, submetem-se à estratégia global do capital através de um novo corporativismo que designam de “aliança para o emprego”, mas de conseqüências trágicas para quem trabalha (aumento do desemprego, perda acelerada do poder de compra, desmontagem das funções sociais do Estado).

É neste contexto de traição total aos interesses dos trabalhadores e aos ideais da paz que se aprofundam dia-a-dia na Alemanha as contradições entre a social-democracia e o movimento operário. Segundo dados divulgados pelo jornal *Neues Deutschland*, os sindicatos da DGB perdem entre 200 a 305 mil membros por ano. Empurrada pelas bases nas empresas, a direção do sindicato dos metalúrgicos é obrigada a ir para a luta por melhores salários contra a avidez do capital e os apelos à “moderação” do chanceler Schröder.

# social-democracia

Todas as tentativas dos dirigentes social-democratas de travar o movimento têm sido goradas. Emissários da direção do IG Metal são vaiados nas fábricas ao tentarem convencer os trabalhadores a “conterem” ainda mais as suas justas reivindicações. Trabalhadores comunistas combativos, mesmo sem o apoio das estruturas sindicais burocratizadas da social-democracia, são eleitos para importantes comitês de empresa, com percentagens a rondar os 90%, como é o caso na Volkswagen, na Siemens ou na indústria naval.

## PROMISCUIDADE SINDICAL

A promiscuidade existente entre o sindicalismo social-democrata e os interesses do

grande capital continua a manifestar-se e a recorrer a todos os meios para enfraquecer a luta dos metalúrgicos. Num tempo recorde e numa clara tentativa para desmobilizar o movimento reivindicativo, a direção do sindicato dos químicos (IG BCE) acordou com o patronato aumentos salariais de 3,3%, isto é, a metade do valor exigido pelo IG Metal e por outros sindicatos (Vendi, construção civil). Schröder apressou-se a louvar o acordo como “politicamente responsável”.

Mas o próprio presidente dos metalúrgicos, Zwickel, conversa

secretamente com o patronato, na ausência da comissão sindical de negociação, num “encontro a sós». Que segredos terão sido trocados entre os representantes do grande capital e um dirigente sindical cujo rendimento mensal chega a ser 10 vezes superior ao dos trabalhadores que pretende representar? Aliás, a passagem de Zwickel pela presidência do IG Metal ficará marcada por graves escândalos como, por exemplo, ter consentido com a sua abstenção no conselho de empresa da Mannesmann que o manager IGaus Esser recebesse pelo negócio da fusão com a Vodafone a escandalosa quantia de 60 milhões de marcos, o equivalente ao salário de mais de 15 mil trabalhadores.

Como reconhece Siegfried Deutchle, membro do comitê de empresa da Daymler-Chrysler em Stuttgart, a concubinação entre o patronato, o SPD e a direção do IG Metal já fez gorar, no passado, as expectativas dos associados em várias negociações salariais. Qualquer que seja o desfecho da atual luta dos metalúrgicos alemães, cada vez mais trabalhadores começam a libertar-se da ideologia e da prática capitulacionistas do “sindicalismo” social-democrata, desmascarando-o como um instrumento para a contenção da luta e da revolta, neste tempo de guerra declarada do capital contra o trabalho.

Rui Paz é membro do Partido Comunista Português (PCP). Artigo publicado no jornal *Avante!*, de maio de 2002

**Sindicatos da DGB  
perdem entre 200 a  
305 mil membros  
por ano e são  
empurrados à luta  
pelas bases fabris**



Alimentação de clones/www.corraões.com/villavencenzo/artes

## TENSÃO NA VENEZUELA

1º de Maio: enquanto a reacionária Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) – cujo presidente Carlos Ortega esteve envolvido até os cabelos com o golpe fascista pró-EUA que tentou derrubar Chávez em 11 de abril – participava de uma manifestação que reuniu 150 mil pessoas, a Força Bolivariana dos Trabalhadores (FBT) reuniu 1,5 milhão. Antes do golpe, a direita gritava “se vá, se vá”. Nas manifestações do 1º de Maio, os chavistas responderam: “Volvió, volvió (voltou)”.

## MAIO FRANCÊS

A ameaça Le Pen na sucessão presidencial uniu os franceses. Desde 1968, ano da famosa rebelião estudantil e operária, o país não tinha um mês de maio tão contestador. Milhões foram às ruas para repudiar o fascista nos atos de 1o de Maio. As quatro centrais sindicais divulgaram um manifesto unitário: “A defesa dos direitos trabalhistas, a promoção das liberdades individuais e sindicais, a busca de novos direitos sociais e o desenvolvimento de uma sociedade solidária são frontalmente opostos à ideologia discriminatória e ao programa de regressão social da Frente Nacional de Le Pen”.

## REGRESSÃO NA ITÁLIA

Os trabalhadores italianos realizaram a maior greve geral dos últimos 20 anos. Em Roma, o protesto reuniu dois milhões de pessoas. Os manifestantes condenaram a tentativa do governo Berlusconi de “flexibilizar” o artigo 18 do Estatuto dos Trabalhadores, que impede demissões sem justa causa. A greve foi convocada pelas



três centrais sindicais do país (CGL, CISL e UIL).

## GREVE NA ALEMANHA

Os metalúrgicos alemães realizam uma greve que já dura dez dias. O movimento é uma seqüência das paralisações por empresa, cuidadosamente orquestrada pela direção sindical. A greve é conduzida pelo poderoso sindicato nacional da categoria, o IG Metal, com 3,5 milhões de associados.

## PROTESTOS NA ESPANHA

O forte patrulhamento de aviões F-18 e a presença do aparato com milhares de agentes antidistúrbio não impediram que 500 mil pessoas protestassem “contra o servilismo ao belicismo norte-americano” durante a reunião dos 15 presidentes da União Européia (UE), em Barcelona. Um dirigente sindical declarou: “O principal inimigo dos trabalhadores europeus é o eixo do atraso da UE (Blair, Aznar e Berlusconi)”. Pouco antes, Madri foi palco de outra manifestação gigantesca durante a Cúpula da UE/América Latina.

## RECORDE NOS EUA

O Departamento de Trabalho

dos EUA divulgou que a taxa de desemprego em abril atingiu 6%. É a mais alta dos últimos oito anos.

## GREVE NO URUGUAI

Os trabalhadores uruguaios realizaram outra greve geral. Em protesto contra o agressivo aumento de impostos e das tarifas públicas, a greve foi precedida de paralisações setorializadas e panelaços.

## POBRE ARGENTINA

A Argentina se contorce e os trabalhadores protestam. Mais uma greve geral parou o país. Os grevistas ocuparam as ruas de Buenos Aires e a Praça de Maio, onde fica a sede do governo.

## MARCHA NO PERU

Uma jornada de lutas, com greves em todo o país, terminou com uma marcha pelas ruas de Lima. O presidente Alejandro Toledo, na falta do que dizer, acusou os manifestantes de terroristas e disse que o Sendero Luminoso estava por trás da mobilização.

## CONTRA A ALCA

Dirigentes indígenas e camponeses do Equador, Colômbia, Peru e Bolívia e representantes de organizações de outros países reuniram-se em abril, em Quito, para definir ações conjuntas contra a Alca. No equador, houve manifestações e uma greve de 48 horas nos transportes urbanos.

## DESASTRE NO MÉXICO

Nos primeiros 17 meses do governo Fox, quase 700 mil pessoas perderam o emprego na economia formal. A indústria maquiladora de exportação foi o setor que mais demitiu.

# A atuação sindical dos comunistas na "era Vargas"



■ Comício contra o nazi-fascismo, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1943

O novo governo revolucionário dirigido por Getúlio Vargas procurou construir uma base social que lhe permitisse resistir aos setores das oligarquias desalojadas do poder e construir condições mais favoráveis para implantar o seu projeto de desenvolvimento. Implantou-se uma política bifronte assentada, de um lado, na concessão de direitos sociais e, de outro, na

**O segundo artigo da série em homenagem aos 80 anos de existência do PC do Brasil aborda a ação dos comunistas no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945)**

AUGUSTO BUONICORE

repressão às organizações operárias autônomas. O Partido Comunista do Brasil (PCB), desde o primeiro momento, colocou-se no campo da oposição radical a este governo, considerando-o equivocadamente um governo fascista.

Imediatamente após a revolução de 30, iniciou-se um rápido processo de reorganização dos sindicatos livres que haviam sido desarticulados nas vésperas

## O governo Vargas implantou uma política bifronte assentada, de um lado, na

pela reação conservadora desencadeada nos estertores da República Velha. Com este objetivo foi formado o Comitê de Reorganização Sindical em São Paulo.

No entanto, a influência dos comunistas estava bastante abalada devido aos erros táticos, de viés esquerdista, cometidos às vésperas do levante de 1930, e ao obreirismo que vinha ganhando corpo no seu interior e que havia sido responsável pelo afastamento de experientes quadros da direção partidária. Somou-se a isto a repressão seletiva promovida pelo governo Vargas. No final de 1931, a direção do PCB viu-se obrigada a se transferir para São Paulo onde a perseguição aos comunistas era menor.

No final de 1930, os comunistas paulistas aderiram ao Comitê de Reorganização Sindical, mas logo romperam com ele por discordância com os anarco-sindicalistas ainda fortes neste comitê. O auge da crise se deu quando da decisão de formar uma organização intersindical no Estado de São Paulo. Esta posição foi duramente criticada pela Internacional Sindical Vermelha.

Graças a esta cisão, em março de 1931, foram organizados dois congressos sindicais em São Paulo. Um com a participação de anarquistas e trotsquistas e outro sob hegemonia comunista. O congresso dos comunistas foi convocado pela CGTB e nele foi aprovado um manifesto defendendo um terceiro congresso para unificação dos trabalhadores numa única central sindical regional, a Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP), que deveria ser vinculada à CGTB.

A proposta de unificação foi rejeitada pelos anarco-sindicalistas que formaram a Federação Operária de São Paulo. Os comunistas avançaram então para a criação da FSRSP e iniciou-se um lento e promissor movimento para conquistar a direção dos sindicatos paulistas.

**Leis trabalhistas não foram uma dádiva do governo, mas uma resposta ao avanço da luta dos trabalhadores**

### GREVES E CONQUISTAS

Em São Paulo, imediatamente após a “revolução de 30”, várias categorias entraram em greve. Os operários aproveitaram-se da crise política e da vitória da revolução para exigir o cumprimento imediato do programa da Aliança Liberal. Já em 1932, fruto das lutas do proletariado brasileiro, que realizou grandes greves na primeira metade da década, foi decretada a jornada de 8 horas no comércio e na indústria, proibido o trabalho noturno para mulheres e regulamentado o trabalho de menores.

Entre 1933 e 1934, o direito de férias foi regulamentado para comerciários, bancários e industriários sindicalizados, criado o salário mínimo e o primeiro Instituto de Aposentadoria e Pensão – dos marítimos. Seguiram-se os

institutos dos bancários, dos comerciários, dos industriários. Em cinco anos a previdência foi estendida a quase todos os trabalhadores urbanos formais.

Portanto, a legislação social não foi uma dádiva do governo Vargas. Ela foi uma resposta do Estado ao avanço da luta dos trabalhadores, um ato necessário para conquistar o apoio para o seu projeto, isolar as oligarquias desalojadas do poder e a própria esquerda comunista. Esta seria uma das marcas da política varguista; a outra seria a implantação do controle das organizações operárias.

Uma das primeiras medidas do novo governo, neste sentido, foi criar o Ministério do Trabalho e decretar a Lei de Sindicalização. A nova lei definia o sindicato como órgão de colaboração com o Estado, exigia a participação de representante do governo nas assembleias, proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro do sindicato, vetava a filiação a organizações internacionais, limitava a participação de operários estrangeiros nas direções sindicais, proibia a articulação horizontal entre os sindicatos e a criação de uma central sindical. Procurava-se, assim, constituir uma estrutura sindical verticalizada, burocratizada e subordinada ao Estado.

Os sindicatos oficializados que não cumprissem estas determinações poderiam ser punidos. A punição ia das multas até a destituição das diretorias eleitas e sua substituição por interventores. No limite, os sindicatos insubordinados poderiam ser fechados, ainda que temporariamente.

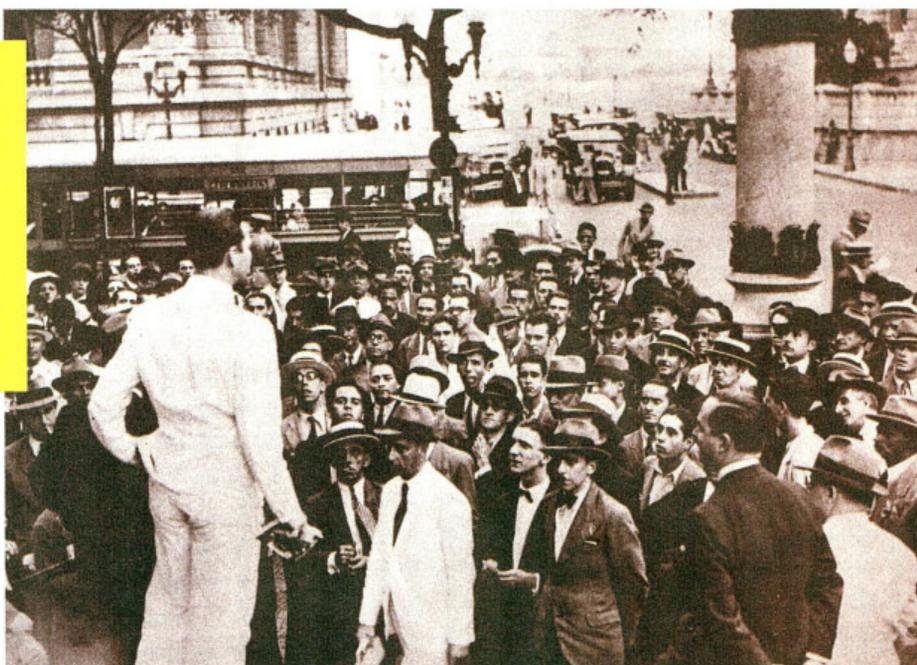
## concessão de direitos sociais e, de outro, na repressão ao sindicalismo

**A Aliança Nacional Libertadora, uma frente popular de cunho antifascista, recruta mais de 400 mil membros**

### RESISTÊNCIA AO ATRELAMENTO

No início da década de 1930, houve uma dura resistência dos sindicalistas comunistas, trotsquistas e anarquistas. Durante todo o ano de 1931, os comunistas se recusaram a atuar nos sindicatos oficializados e chegaram mesmo a excluir os dirigentes destas organizações de qualquer proposta de frente única. Afirmavam os comunistas: “O governo e seus agentes locais esforçam-se energeticamente para ter sob o seu controle as organizações operárias, pretendendo desempenhar um papel de árbitro ‘imparcial’ nos conflitos. O digno coroamento desta política é a ultra-reacionária lei sobre os sindicatos elaborada pelo governo federal... Os sindicatos não poderão aceitar ou adaptar-se a nova lei”.

Somente a partir de 1932, o Comitê Central do PCB decidiu mudar de posição e defendeu a atuação nos sindicatos oficiais, constituindo “oposições sindicais” que deveriam travar uma luta enérgica contra as direções ministerialistas. No entanto, mantiveram os seus sindicatos fora



■ Comício da Aliança Nacional Libertadora no Rio de Janeiro

da estrutura sindical estatal. A resistência inicial parece ter surtido efeito. No primeiro ano da lei de sindicalização apenas dois sindicatos haviam pedido reconhecimento; no ano seguinte seriam seis – um número irrisório. Até início de 1934, somente 25% dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aceitaram as normas de reconhecimento sindical impostas pelo governo.

**Trotskyistas aderem aos sindicatos oficiais e recebem duras críticas dos comunistas e dos anarco-sindicalistas**

Diante da recusa dos classistas em aderir à estrutura sindical, o governo desencadeou um amplo processo de divisão das organizações sindicais. Ao lado dos sindicatos livres, passou a incentivar a criação de entidades oficiais paralelas. Não conseguindo atingir seus objetivos de esvaziar os sindicatos livres, Vargas usou um novo e eficiente expediente. No início de 1934, o governo regulamentou o direito de férias, condicionando o seu desfrute à participação nos sindicatos oficiais.

Começou, então, uma forte pressão dos trabalhadores, especialmente dos menos politizados, para que as direções oficializassem seus sindicatos. Fruto desta pressão ocorreu uma cisão na frente única contra a oficialização dos sindicatos. Os sindicalistas trotskistas mudaram de posição e passaram a defender a oficialização dos seus sindicatos.



■ Sede da ALN no Rio de Janeiro

Tal atitude acarretou duras críticas dos comunistas e anarquistas. Mas, no final do mesmo ano, os comunistas passaram também a atuar mais ativamente nos sindicatos oficiais, sem considerá-los, no entanto, o modelo mais adequado para o sindicalismo brasileiro e, por isso mesmo, procuraram manter a autonomia dos sindicatos sob sua direção.

Apenas no final de 1934, dentro da nova política de frente única antifascista, os comunistas se aproximaram dos socialistas e reformistas e passaram a defender a unidade de ação com eles. A FSRSP se coloca à frente dos esforços de constituir uma central sindical unitária. O primeiro passo foi a formação da Frente Única Sindical (FUS) com todos os sindicatos (oficializados ou não). Em agosto de 1934 havia assumido o deputado federal classista, estivador de Santa Catarina, Álvaro Ventura, o primeiro comunista no congresso nacional. Ele afirmou ao jornal *A*

*Classe Operária*: “Finalmente ressoa na Câmara feudal-burguesa a voz do proletariado revolucionário”.

Em maio de 1935 ocorreu, sob hegemonia comunista, o Congresso Nacional de Unidade dos Trabalhadores, reunindo mais de 300 delegados representando 500 mil trabalhadores. Neste evento fundou-se a Confederação Sindical Unitária do Brasil. Este foi um claro sinal da ampliação de influência comunista junto aos trabalhadores urbanos, fruto da mudança operada na sua tática após 1934.

No mesmo ano foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente democrática e popular de caráter antiimperialista e antifascista. Em poucos meses ela recrutaria mais de 400 mil membros. Em resposta ao avanço do movimento operário e socialista, em 4 de abril, o governo Vargas decretou a Lei de Segurança Nacional que dissolveu a CSUB. Pouco depois foi decretada a ilegalidade da ANL. Em novembro os comunistas, em nome da ANL, lideraram um levante armado que foi rapidamente derrotado.

Seguiu-se, então, uma dura repressão ao movimento sindical autônomo. As lideranças foram presas, torturadas e muitas deportadas; sindicatos sofreram intervenção e alguns foram fechados. A situação se agravou ainda mais com a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937. De 1937 até 1943 não teríamos sinais de greves e a totalidade dos sindicatos se manteve nas mãos de interventores e pelegos. A situação só começou a melhorar com a entrada do Brasil na guerra contra o nazi-fascismo em 1942, e a reorganização do Partido Comunista na Conferência de Mantiqueira em 1943.

Mesmo sem realizarem greves, os trabalhadores continuaram se movimentando, ainda que na clandestinidade. Durante a guerra (1942-1945) ocorreram vários movimentos dentro das fábricas, especialmente operações tartarugas, contra o aumento da jornada de trabalho e a redução de direitos. Estes movimentos espontâneos não foram apoiados pelos comunistas, que na ocasião defendiam o aumento da produção dentro do esforço bélico realizado pelo Brasil contra as potências do Eixo.

As primeiras greves eclodiram já no final do Estado Novo, em 1944. Neste ano ocorreu a greve dos Carris Urbanos, dos ferroviários e dos mineiros do Rio Grande do Sul, dos operários da Laminação Nacional de Metais de São Paulo e uma operação tartaruga na Goodyear de São Paulo. Houve dura repressão contra estas primeiras greves. Mas estas seriam apenas a ponta do iceberg. Uma onda grevista jamais vista na história do país se levantaria dentro de mais alguns meses. Junto com o movimento operário e sindical renasceria também o Partido Comunista do Brasil.

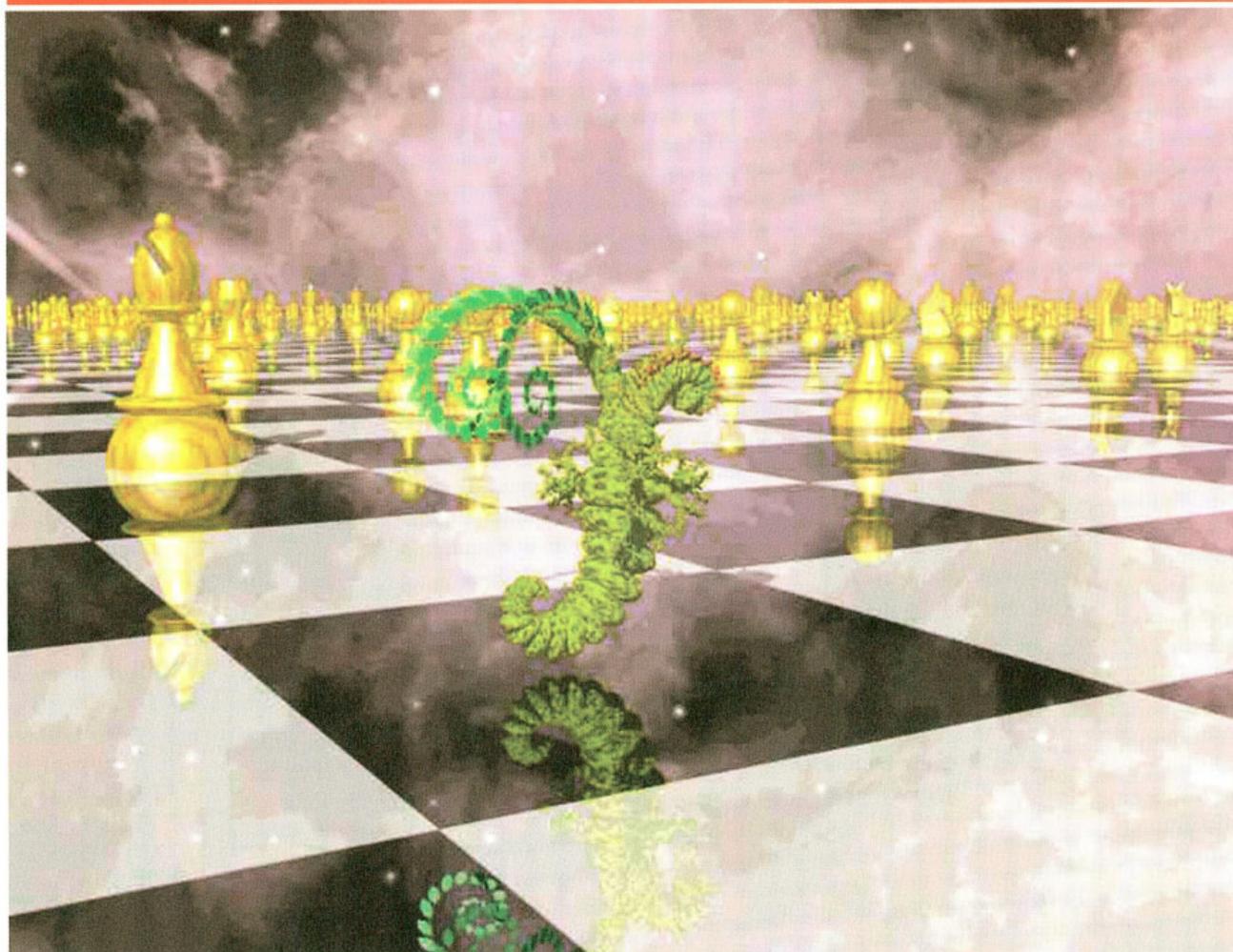
## BIBLIOGRAFIA

Ricardo Antunes. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil*. Editora Cortez/Ensaio, São Paulo, 1988.

Ângela Araújo. *A Construção do Consentimento*. Editora Scritta, São Paulo, 1998.

Edgard Carone. *Brasil: Anos de Crise (1930-1945)*. Editora Ática, São Paulo, 1991.

Augusto César Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*



Oscar Valparaiso/Imagem de política

# O que está por trás da disputa presidencial?

**A candidatura de José Serra visa remendar o modelo neoliberal num momento em que este apresenta dificuldades crescentes**

ARMANDO BOITO JR.

O conhecimento do processo eleitoral em curso no Brasil envolve muitos e variados aspectos. Este pequeno texto

examina apenas um aspecto da questão: o rompimento da frente partidária que deu apoio parlamentar aos dois governos de

Fernando Henrique Cardoso, rompimento cujo desfecho preciso não está definido, mas que, a essa altura, parece

## O programa político neoliberal é amplo e diversificado, o que permitiu a unidade

irreversível. Faremos duas rápidas observações teóricas iniciais.

É bem sabido que a análise da cena e do processo político não pode se restringir ao exame das personalidades que neles atuam. Não basta, tampouco, examinar os partidos políticos concorrentes, os seus discursos e programas políticos. A análise deve ir além tanto das personalidades quanto das siglas partidárias e fazer um esforço para detectar os distintos interesses de classe e de fração de classe que estão representados pelos diferentes partidos na cena e no processo político. Os políticos profissionais e os partidos pró-capitalistas (burgueses, pequeno-burgueses ou de “classe média”) dissimulam a relação de representação que entretêm com os interesses econômicos e políticos burgueses e pequeno-burgueses. A análise política, para romper com a ideologia burguesa, deve, então, desvelar essa relação que se encontra encoberta e dissimulada.

Para poder detectar os interesses de classe e de fração de classe que se organizam, de maneira dissimulada, nos diferentes partidos burgueses, o conceito geral de burguesia é um ponto de partida imprescindível, porém insuficiente. A burguesia não é uma classe homogênea. Unida em torno dos seus interesses gerais, que são a defesa da propriedade privada e da exploração do trabalho assalariado, a burguesia encontra-se, ao mesmo tempo, dividida em interesses particulares de fração. O conceito que dá conta dessa unidade na diversidade é o conceito de bloco no poder. Ele indica o conjunto heterogêneo de

**A burguesia não é homogênea; unida na exploração do trabalho, ela está dividida em interesses particulares de fração**

frações burguesas que exercem, conjuntamente e enquanto classe, o poder de Estado, mas que disputam para obter, enquanto frações, a primazia de seus interesses particulares no seio do governo.

### CORRENTES NEOLIBERAIS

Pois bem, nós consideramos equivocadas as análises que se satisfazem em apresentar a idéia segundo a qual as disputas entre o PSDB, o PFL, o PMDB e outros partidos de menor importância da base do governo são conflitos entre personalidades políticas ou entre agrupamentos partidários de centro, de direita ou de centro-direita. São equivocadas também as análises que consideram que tais disputas resultariam do apetite pelo poder da classe política, apetite que estaria aguçado pela aproximação da eleição presidencial. Essas análises podem se referir a um ou outro elemento verdadeiro, mas os inserem numa visão globalmente equivocada e omitem o essencial. Segundo nossa avaliação, as disputas recentes na base do governo refletem conflitos entre frações burguesas que integram o bloco no poder desde o início do processo de

implantação do modelo capitalista neoliberal.

O programa político neoliberal é amplo e diversificado, o que permitiu a unidade de distintas frações da burguesia ao longo dos anos 90. A unidade burguesa durante os dois mandatos de FHC contrasta com a história política recente do Brasil. No período democrático do Estado desenvolvimentista (1945–1964), uma parte da burguesia, a fração vinculada ao grande comércio de exportação e de importação, fração burguesa que se opunha ao desenvolvimentismo e, principalmente, ao populismo, manteve-se organizada em um partido político próprio, a União Democrática Nacional (UDN), e manteve posição oposicionista. Durante a ditadura militar, tampouco o governo obteve apoio consensual de todos os partidos burgueses. A média burguesia interna, onde predominava o capital nacional, mostrava-se insatisfeita com a política econômica dos militares e, ainda que de modo hesitante e até conciliador, manteve-se numa linha de oposição ao governo.

Ora, os dois mandatos de FHC não tiveram semelhante embaraço. Sua plataforma neoliberal unificou o conjunto das frações burguesas e, sem que isso eliminasse as tensões e divergências, permitiu a formação de uma ampla base partidária que sempre o apoiou no parlamento. A unidade desses partidos nas eleições de 1994 e principalmente na de 1998 são outro indicador dessa unidade política.

O que tem assegurado a

## de distintas frações da burguesia nos anos 90

unidade burguesa é a política social do neoliberalismo. Ela visa a supressão ou redução de direitos sociais e trabalhistas, a desregulamentação do mercado de trabalho e redução dos gastos e dos serviços sociais. Tais medidas serviram, de maneiras e em graus distintos, a toda burguesia e favoreceram a unidade da classe em torno do governo. Mas a política propriamente econômica do modelo neoliberal é mais seletiva frente aos interesses das diferentes frações burguesas e sempre motivou disputas entre elas.

Se nos reportarmos à política de privatização, veremos que, graças às normas que regeram os leilões das empresas estatais, apenas os grandes grupos econômicos, do setor bancário, industrial, da construção civil e outros, puderam adquirir as empresas leiloadas. O médio capital e o pequeno poupador foram marginalizados nesse processo. Se nos reportarmos à ampla e profunda abertura comercial iniciada pelo governo Collor e completada pelo primeiro governo FHC, abertura que sempre esteve vinculada à desregulamentação financeira e à política de juros elevados, veremos que esse aspecto fundamental da política econômica neoliberal foi e é ainda mais restritivo que a política de privatização. Ele beneficia prioritariamente o grande capital financeiro, chegando, inclusive, a prejudicar o grande capital industrial.

### CONFLITO DE INTERESSES

Os conflitos de interesses arrolados acima incidiram e se expressaram na cena e no processo político brasileiro. Surgiram e se consolidaram duas tendências políticas básicas, dividindo e agrupando de diferentes maneiras os partidos da base governista e a equipe governamental. Uma corrente neoliberal extremada que controlou a política econômica e social, e uma outra corrente minoritária que pressionou, com

intensidade variável de uma conjuntura para outra, para moderar alguns aspectos da política econômica neoliberal, principalmente a abertura comercial, a política cambial e a política de juros altos.

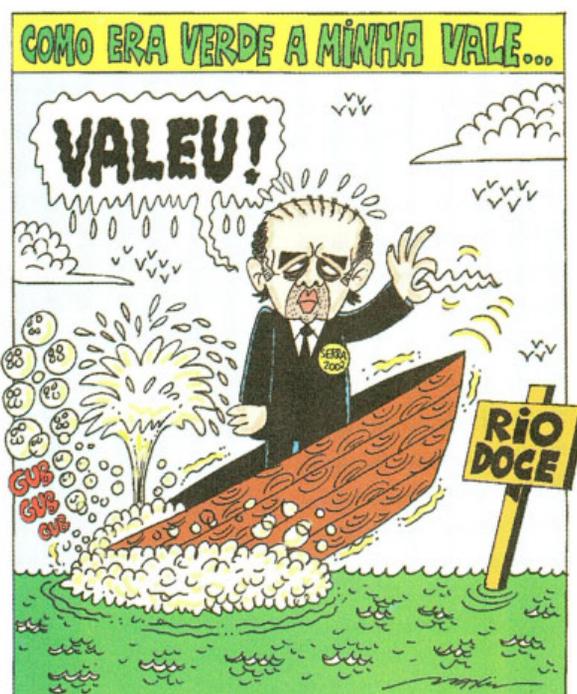
A primeira corrente está mais diretamente vinculada aos interesses dos bancos, do capital financeiro e da nova burguesia de serviços que cresceu no vazio deixado pelo recuo do Estado nas áreas de saúde, educação, previdência e outros serviços sociais. A segunda, a neoliberal moderada, está mais próxima dos interesses da grande indústria, tanto de capital nacional quanto de capital estrangeiro.

Essas relações de representação de interesses de fração podem ser detectadas de duas maneiras. Em primeiro lugar, pela constatação da existência de uma correspondência objetiva entre, de

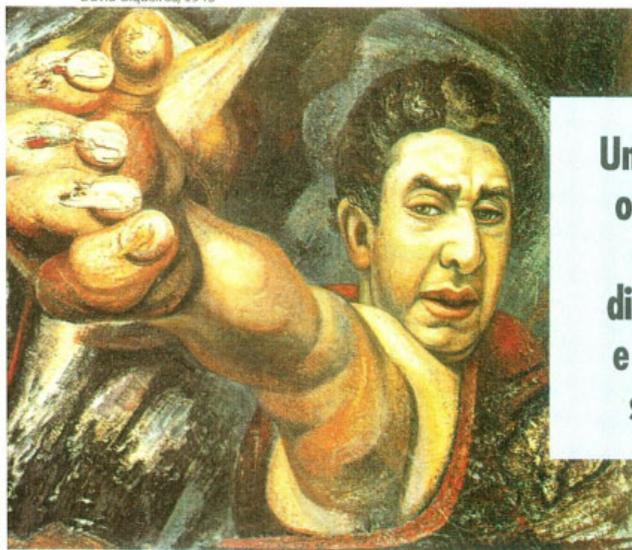
um lado, as idéias de uma e de outra corrente e, de outro lado, os interesses das frações burguesas citadas, correspondência que simplificada-mente indicamos acima. Em segundo lugar, essas relações de representação podem ser detectadas no plano subjetivo, verificando se cada uma das frações mencionadas identifica-se ou não com as propostas de tais correntes.

A leitura da imprensa, e particularmente da imprensa das entidades corporativas do grande capital (Fiesp, Febraban, etc.), permite afirmar que existe tal identificação. Para dar um exemplo muito

**O candidato Serra já declarou que é a favor do projeto que suprime normas do direito do trabalho fixadas na CLT**



David Siqueiros/1943



## Unidade burguesa na ofensiva neoliberal visa suprimir os direitos trabalhistas e reduzir os gastos sociais do Estado

significativo para o nosso tema, José Serra sempre foi muito elogiado pela revista da Fiesp por sua posição contrária à abertura comercial radical promovida pela política cambial de Gustavo Franco, e esse, em contrapartida, sempre foi muito elogiado na imprensa do setor financeiro do grande capital.

### CANDIDATURA SERRA

É esse mesmo conflito intraburguês que está por trás das atuais disputas que polarizam o PSDB e o PFL. O PFL é um dos partidos mais homogêneos da base governista. Os analistas costumam destacar o seu componente fisiológico. Mas o PFL é também o partido em que a corrente liberal extremada possui mais força. Podemos afirmar, seguindo nossa argumentação, que o PFL é, então, o partido mais ligado aos bancos e à nova burguesia de serviços. O PSDB está dividido. A sua ala liberal extremada, cujo candidato presidencial seria Tasso Jereissati, queria manter a aliança preferencial com o PFL.

A crise cambial de 1999, o crescimento das oposições na

eleição municipal de 2000 e, finalmente, a crise argentina trabalharam contra a política dessa ala. Tudo concorreu para a candidatura de José Serra, ligado aos setores do partido que querem moderar a política econômica do neoliberalismo, e, em consequência, substituir o PFL pelo PMDB, como aliado preferencial. Nem o PSDB nem José Serra querem atirar o PFL ao mar. Mas querem sim deslocá-lo da condição de aliado preferencial para a de aliado importante, mas secundário.

A candidatura José Serra - e o remanejamento de alianças que ela implica - não é um fato isolado ou algo construído no improvisado. Na atual campanha eleitoral, o governo FHC e o PSDB procuram, através dessa candidatura, dar seqüência a uma manobra política ampla que poderíamos denominar, por analogia com a política de auto-reforma da ditadura militar no governo do general Figueiredo, de política de abertura do neoliberalismo, ou, como dizem os franceses, uma política de "recentragem" do modelo neoliberal.

Essa política de abertura foi iniciada com a desvalorização

cambial em 1999, prosseguiu com a política do PSDB de restringir o espaço do PFL nas comissões do Congresso Nacional, na atitude do governo FHC de apoio velado à candidatura Jader Barbalho à presidência do Senado - que custou a luta "fratricida" entre Barbalho e Antônio Carlos Magalhães -, nas declarações com ressonância anti-EUA de FHC em alguns fóruns internacionais, na imposição do "silêncio obsequioso" a Tasso Jereissati e, finalmente, na linha dura adotada contra a candidatura defunta de Roseana Sarney.

Os trabalhadores não devem esperar nada dessa abertura. Ela se concentra em aspectos secundários da política econômica e não se propõe a alterar a política social do neoliberalismo. O candidato José Serra já declarou com firmeza que é a favor do projeto de lei do executivo que praticamente suprime as normas do direito do trabalho fixadas na CLT.

Mas seria um erro ignorar a existência dessa política de abertura e as suas bases sociais na grande burguesia industrial interna. Tanto mais porque, além dessas bases, tal política possui um segundo objetivo. Ela visa remendar o modelo neoliberal num momento em que este começa a apresentar dificuldades crescentes. Ou seja, tem também um objetivo que transcende os interesses particulares desta ou daquela fração burguesa presente no bloco no poder. Para atingir esse segundo objetivo, o governo e o PSDB precisam dividir e envolver as forças que, até aqui, têm se oposto ao neoliberalismo.

Armando Boito Jr. é professor do departamento de ciência política da Unicamp/SP e autor do livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Editora Xamã, 1999)

# Uma bela radiografia das lutas operárias

A nova edição, atualizada e ampliada, do livro da professora Paula Beiguelman é uma feliz iniciativa da Cortez Editora, que possibilita aos leitores o acesso a um texto clássico da história do operariado de São Paulo. O livro retrata desde as históricas lutas e ações do período republicano (nos anos 1889/1920) até aquelas desencadeadas no final do século XX pelos metalúrgicos do ABC e portuários de Santos. Passado e presente se reencontram em suas continuidades e descontinuidades.

Na primeira parte do livro, há um minucioso acompanhamento das lutas operárias no início da nossa industrialização, com destaque para o relato dos processos grevistas que marcaram a constituição do jovem proletariado de São Paulo. Rico no desenho retratado, pode-se ler que “em outubro de 1902, as operárias da fábrica de tecidos Anhaia, no Bom Retiro, declaram-se em greve em protesto contra os maus-tratos do mestre de teares”. Como essa, muitas são as ações desencadeadas pelos companheiros (e companheiras) de São Paulo, visando a regulamentação da jornada de trabalho, aumentos salariais e a conquista dos direitos basilares do trabalho, contra a superexploração que grassava (e ainda grassa) em nosso solo industrial. Exemplo mais forte dessa luta está estampada na histórica greve geral de 1917.

Na segunda parte – inteiramente nova –, Paula Beiguelman oferece exemplos das lutas atuais da classe trabalhadora. Estamos em acelerado desmonte dos direitos sociais e do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva e das transformações neoliberais desencadeadas por Collor e seguidas à risca por

PAULA BEIGUELMAN

## OS COMPANHEIROS DE SÃO PAULO: ONTEM E HOJE

CORTEZ  
EDITORA

**Os companheiros de São Paulo: ontem e hoje.**  
Paula Beiguelman.  
Editora Cortez,  
São Paulo, 2002

POR RICARDO ANTUNES

FHC. Depois de uma década de forte expansão das lutas sindicais, como durante os anos 80, quando houve um enorme volume de greves e presenciou-se a constituição da CUT e de outras centrais, além do MST, a partir da década de 90 vivenciamos um cenário fortemente desfavorável aos trabalhadores.

Nesses flashes contemporâneos, como denomina a autora, são retratadas as lutas recentes no ABC paulista, como as confrontações grevistas na Volks e na Ford, ambas em 1998, procurando contrapor-se à nefasta política de liofilização organizacional das duas montadoras, eufemisticamente chamada de enxugamento pelo ideário dos capitais globais. A consequência mais cruel é a brutal redução do trabalho assalariado, acarretando o agravamento do desemprego e o aumento da

precarização do trabalho.

Cansados da limitadíssima política negocial, as bases metalúrgicas do ABC partiram novamente para o confronto. Numa das greves, na montadora Ford, agiram motivadas pelo anúncio, feito às vésperas do Natal de 1998, por telefone, de que milhares de metalúrgicos estavam demitidos. Talvez essa seja a singeleza e polidez que marca a política negocial do patronato transnacional automotivo.

Ao discorrer sobre a ação de resistência dos portuários de Santos, Paula Beiguelman oferece elementos da luta contra a desregulamentação, a privatização e a liofilização dos portos que, para o patronato, implicava também quebrar o monopólio sindical na contratação dos trabalhadores, vigente no Brasil há mais de 60 anos. Estes exemplos são sintomas claros de retomada das ações de confrontação dos trabalhadores, depois de longo ciclo de desestruturação neoliberal, que devem configurar uma década bastante tensa.

Se ontem o nosso operariado lutava pela conquista da legislação do trabalho, combatia pelos direitos sociais e por sua emancipação, hoje sua luta tem sido prioritariamente para preservar o que foi conquistado em quase um século de lutas sociais e que o capital, em sua fase mais destrutiva, procura subtrair. O livro da professora Paula Beiguelman, fotografando com vida e sensibilidade as lutas de ontem e hoje, faz uma bela radiografia dos inúmeros embates dos companheiros de São Paulo.

Ricardo Antunes é professor titular de sociologia do trabalho na Unicamp/SP

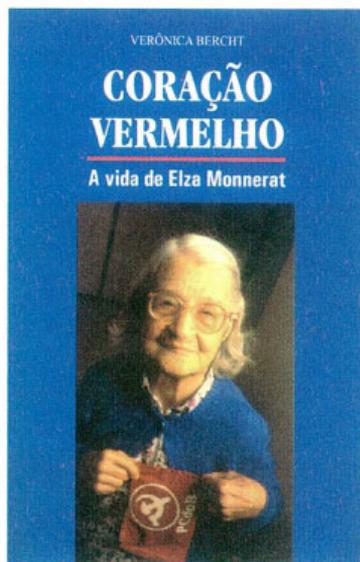
## A trajetória de uma revolucionária

Nos últimos anos, escritores brasileiros têm produzido bons momentos no resgate da memória. Só para ficar em dois livros, basta citar “Chatô, o rei do Brasil”, de Fernando Morais, e “Mauá, o empresário do Império”, de Jorge Caldeira. Os dois autores, jornalistas de profissão, escolheram para biografar figuras conhecidas, que em seus períodos históricos se destacaram em suas respectivas áreas de atuação como “donos do poder”.

Embora seja grande o número de livros editados sobre “importantes” personagens brasileiros, nota-se nessa reconstrução da memorialística brasileira, no entanto, a ausência de heróis anônimos, homens ou mulheres aguerridos, que no *front* ou na retaguarda lutaram bravamente ou deram a vida por uma sociedade mais justa.

Há, certamente, exceções. Uma delas é o livro de Verônica Bercht, “Coração Vermelho – a vida de Elza Monnerat”, recentemente publicado pela editora Anita Garibaldi. Em 168 páginas, ele conta a vida de Elza Monnerat, “uma menina que sonhou ser revolucionária e, quando adulta, tornou-se dirigente do Partido Comunista do Brasil”. Uma mulher do povo, vinda do meio rural e que, mesmo após uma longa militância de meio século, nunca perdeu a alegria, a determinação e a ousadia próprias da juventude. Ou melhor, segundo a autora, “uma militante silenciosa, quase anônima, mas fundamental”.

Nascida em 19 de outubro de 1913, em Bom Jardim, Rio de Janeiro, Elza de Lima Monnerat é descendente de uma família de imigrantes suíços trazidos para o



**Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat.**  
**Verônica Bercht, Editora**  
**Anita Garibaldi,**  
**São Paulo, 2002**

POR RONIWALTER JATOBÁ

Brasil um século antes. Sonhando com um mundo sem injustiças, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil em abril de 1945, já morando em Niterói e no mesmo ano em que eram anistiados 600 brasileiros exilados ou presos pela ditadura Vargas.

A partir daí, esteve presente em épocas amargas e decisivas da vida política do país, como a cassação do registro do PCB em maio de 1947, a clandestinidade durante muitos anos, o regime militar (1964-1985), a guerrilha do Araguaia, a prisão no DOI-Codi e a convivência com o medo e a tortura, a anistia de 1979 e, depois, o engajamento na luta em defesa da memória dos mortos e desaparecidos durante os anos de repressão. Por tudo isso, o principal e histórico dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), João Amazonas, a ela se referiu: “Às vezes, o alicerce que

sustenta toda uma organização repousa nessas pessoas que têm o espírito de abnegação, da identificação com o Partido. Esse foi o papel que Elza desempenhou”.

Já dizia o historiador francês Jacques Le Goff que a escolha de uma biografia é sempre um desafio e só se pode escrever uma boa história se esta for sobre um personagem de quem se acredita ser capaz de chegar bem perto. Acredito que Verônica Bercht chegou até Elza Monnerat e seu generoso coração vermelho. Preciso e bem documentado, o texto foge dos personagens ilustres para compreender a vida de pessoas no dia-a-dia, principalmente Elza, e privilegia no relato os acontecimentos dos principais fatos históricos.

Uma boa definição da indispensável obra de Verônica Bercht fica por conta do prefácio escrito pelo historiador Augusto César Buonicore: “Numa época marcada pela ofensiva política e ideológica do neoliberalismo, na qual predominam valores anti-sociais como o individualismo, o egoísmo – a lógica de cada um por si –, a biografia de Elza é uma demonstração inequívoca de que uma nova humanidade é possível e que os poderosos de plantão, apesar das aparências, não são invencíveis. O exemplo de vida de Elza e seu sorriso de criança são poderosos aríetes contra os muros já apodrecidos dessa ordem injusta do capital... Este livro é essencial não só para quem deseja conhecer a vida dessa mulher extraordinária, mas também para aqueles que desejam conhecer melhor a história da luta do povo brasileiro”.

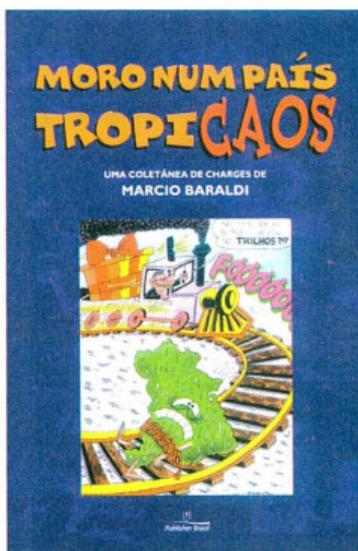
Roniwalter Jatobá é jornalista e escritor

## A força contagiante das charges

Marcio Baraldi é um colaborador desprendido, dedicado e de excelente humor da *Debate Sindical*. Por iniciativa própria, o que só comprova seu generoso compromisso com a luta dos explorados, ele passou a contribuir na revista há cerca de três anos com as suas irreverentes charges. Muitas delas, segundo relatos, foram reproduzidas em outros jornais, boletins e cartazes de sindicatos e movimentos populares. Mais do que centenas de palavras escritas, suas charges servem para denunciar e esbrachar as mazelas do Brasil.

Agora, após quase 20 anos de experiência como ilustrador do movimento sindical, Marcio publica esta seleta coletânea de charges. É evidente que não dá para resenhar charges, mas este texto visa, de maneira explícita, fazer propaganda e estimular todos os interessados a adquirirem este corrosivo e divertido livro. Ninguém vai se arrepende! A linguagem da charge é marcante, forte. Os traços ficam na mente, ajudam a reforçar a indignação e a apostar na luta pela superação do caos reinante neste país tropical.

Como afirma Ziraldo, no prefácio do livro, “estas charges, quando tocam de leve o alvo, deixam a vítima pronta para ir pra UTI. O Baraldi não pega leve. Profissional dos mais sérios – mas muito engraçado –, trabalha como um condenado, fazendo charges diárias para a *Folha Bancária* e para mais uma dezena de publicações sindicais, afinal ele acredita na vitória da classe obreira... Porque gosto de quem trabalha com afinco e fé e porque gosto do trabalho do Marcio Baraldi, achei uma alegria fazer o prefácio deste caos tropical, na



**Moro num país tropicaos.**  
**Marcio Baraldi.**  
**Editora Publisher,**  
**São Paulo, 2002**

POR ALTAMIRO BORGES

certeza de que ele é abençoado por Deus – apesar das injustiças – e bonito por natureza”.

Outro que não economiza elogios a este “retratista da cidadania” é Lula, presidente de honra do PT. No texto de abertura, explica que “em meus 32 anos de militância política, somente cresceu minha admiração pelo poder do cartum. Trata-se de uma comunicação instantânea e capaz de alcançar a mais indiferente das pessoas... Tive o privilégio de estar num tempo e lugar em que convivi com gênios do cartum como o saudoso Henfil e o sempre ativo Laerte. Foram verdadeiros aliados da nossa luta. São ‘ancestrais’ do companheiro Baraldi, que continua honrando a herança dessa linhagem de artistas imprescindíveis para a cultura brasileira”.

A trajetória de vida de Marcio justifica estes e outros elogios.

Nascido em Santo André, no ABC paulista, em 1966, ele foi criado no intenso clima político-sindical que agitou a região nos anos 70 e 80. Conforme relembra, este cenário das lutas operárias marcou intensamente o seu trabalho e a sua personalidade. Sua carreira como chargista teve início em 1983, no Sindicato dos Químicos do ABC. A partir daí, “abraçou tão profundamente a imprensa sindical que acabou se fundindo a ela”. Hoje, trabalha em vários sindicatos de São Paulo, como o dos bancários, metroviários e médicos, e também contribui para outros órgãos de comunicação, sempre combatendo as injustiças e opressão. Num outro livro – “Todas as cores do humor” –, publicado no mesmo período, ele reúne charges contra todos os tipos de discriminação sexual.

No livro “Moro num país tropicaos”, Marcio reúne charges sobre o governo FHC, o FMI, o drama social dos brasileiros, as repugnantes discriminações, o conflito pela terra, a dura situação da infância e da velhice, a luta pela cidadania plena. Logo de cara, expõe o seu mote: “Se hay gobierno, soy contra. Não chega a ser assim, mas no caso dos últimos presidentes do nosso maravilhoso país, passa bem perto. O sociólogo FHC, autoproclamado discípulo de Sartre, tornou-se um dos mais intragáveis chefes de estado da atualidade”. As charges na seqüência só vão reforçar e apimentar esta certa afirmação!

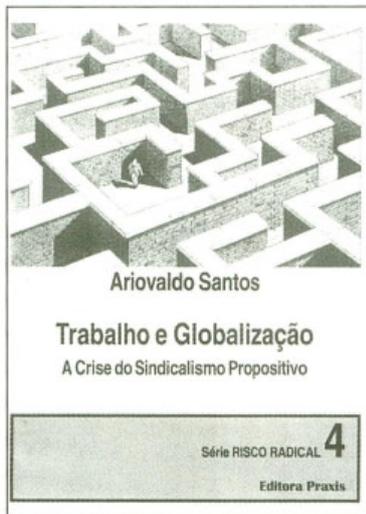
Altamiro Borges é jornalista, editor da revista *Debate Sindical*

## Os limites do sindicalismo reformista

O livro de Ariovaldo Santos procura compreender os limites do sindicalismo contemporâneo, focando sua análise no caso do sindicalismo japonês, norte-americano e francês dos anos 90. No primeiro capítulo, ele mostra como a instituição dos pilares do toyotismo (emprego vitalício, sindicato por empresa e progressão salarial) se relacionava à necessidade de maior adesão operária aos projetos empresariais. Um processo pautado pela busca de maior qualidade e competitividade do setor, já que a inserção da indústria japonesa no concorrido mercado automobilístico colocava novos desafios frente às gigantes dos EUA e Alemanha.

Porém, se os paradigmas da produção flexível de cariz toyotista possibilitaram o “milagre japonês”, tal hegemonia revelou-se de curta duração. A crise recessiva de 1990 colocou em xeque não só esse “modelo japonês”, mas abalou a própria relação “democrática” entre capital e trabalho. Portanto, é a luta para manter o processo de acumulação que obriga o capital a promover novos ataques às antigas formas na qual se estabeleceram as “políticas de compromissos”. No campo sindical, o que se viu no Japão foi o desenvolvimento das estratégias neocorporativistas de características *propositivas defensivas*.

No entanto, para o autor, o sindicalismo não vive sua catarse. Seu futuro depende da capacidade de promover ações capazes de romper o cerco ao sindicalismo conciliatório, colocando como perspectiva política uma nova forma organizativa de classe, independente do capital. É por



**Trabalho e globalização –  
A crise do sindicalismo  
propositivo.**  
Ariovaldo Santos.  
Editora Práxis,  
São Paulo, 2001

POR RENAN DE ARAÚJO

isso que procura salientar, no segundo capítulo, a positividade paradigmática da greve realizada em agosto/setembro de 1997 pelos trabalhadores da empresa de distribuição UPS (*United Parcel Service*), nos Estados Unidos. A resistência da classe trabalhadora ao romper com velho corporativismo não só impôs limites, como apontou para a possibilidade concreta da classe em fazer frente à nova ofensiva capitalista no trabalho.

No terceiro capítulo, Santos relaciona as reformas neoliberais com o paulatino questionamento dos alicerces que sustentavam o sindicalismo de conciliação na França, motivador do aumento do descrédito em relação às centrais sindicais. Ele analisa a importância da greve geral de novembro/dezembro de 1995 como sendo um movimento que, iniciado em defesa da saúde

pública e contra a privatização, prolongou-se para outros países na Europa.

Ele observa que a crise do sindicalismo francês não se reduziu ao imobilismo. Ao contrário, valoriza as mobilizações negadoras do corporativismo (como a greve geral de 1995). Enfatiza, porém, a necessidade do abandono de posturas conciliatórias, principalmente nesta fase de ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho. Dessa forma, segundo o autor, o sindicalismo francês poderá caminhar para a superação de seus atuais impasses. Santos salienta o fato de que em meio à crise sindical, novos espaços abrem-se para um perigoso sindicalismo de direita protagonizado pela Frente Nacional, cuja ação pauta-se por reforçar o descrédito já existente na classe trabalhadora em relação às organizações sindicais. Por outro lado, e sob essas mesmas circunstâncias, projetam-se as *coordinations* (organizações de base). Estas, ainda que de forma incipiente, representam uma tentativa de renovar os esclerosados sindicatos reformistas.

Dessa maneira, o livro de Ariovaldo reveste-se de grande importância, uma vez que sua abordagem permite-nos refletir sobre importantes nexos existentes entre a crise do sindicalismo reformista e a inflexão política da CUT no Brasil dos anos 90, rumo ao sindicalismo participativo propositivo. Um detalhe: o livro pode ser adquirido através do site da Editora Práxis (<http://editorapraxis.cjb.net>).

Renan Bandeirante de Araújo é mestrando em ciências sociais da Unesp/Marília e pesquisador-bolsista do Projeto NEG – Núcleo de Estudos da Globalização (<http://globalization.cjb.net>)

## FILMES

MANOEL RANGEL

## Conflitos sociais: dois caminhos

O cinema brasileiro atual pena em busca de caminhos.

Concluída a tarefa da reconstrução, necessária após o desmonte de Collor, não surgiu ainda um projeto de cinema como o Brasil ousou ter nas décadas de 60 e 70. Em grande medida, essa ausência é conseqüência da falta de debate estético, necessário para passar em revista a estratégia dos filmes e apurar neles o que há de melhor. Mas deriva também da desorientação dos diretores, distantes dos dilemas da sociedade brasileira.

Os anos 90 revelaram, entre outros, dois diretores importantes: Walter Salles e Beto Brant. Ambos fizeram um percurso curioso. Salles operou um progressivo retorno ao Brasil, desde o seu americanizado *A Grande Arte* até *Central do Brasil*, flagrante da esperança no país em meio ao desmoronamento das relações sociais. Brant deixou para segundo plano a crença na trama do filme de ação para concentrar-se na tensão das relações sociais e humanas de personagens brasileiros.

Nenhum deles dá mostras de ter consciência plena do percurso que realizam, de conhecer a força e a fraqueza de seus filmes. Sem isso, ficam condenados a operações de erro e acerto. De quem é a responsabilidade? Antes de ser deles, é de um cenário crítico rarefeito, que se autocondena às operações de marketing e ao gosto médio, e condena os realizadores ao autismo.

### ABRIL DESPEDACADO (WALTER SALLES, 2001)

Em *Abril Despedaçado*, Salles transpõe as vendetas balcânicas para o sertão brasileiro. Ao fazê-lo, reporta a dureza dos temas da honra e do sangue para o sertanejo, quase mimetismo da natureza áspera que os cerca. Entretanto, prisioneiro da trama de Kadaré, realiza um filme “universal”, daqueles que eliminam os traços sociais que forjam o drama. E, assim, ficamos sem entender como se instala no filme e no Brasil a vingança entre os Breve e os Benevides. Ao naturalizar a vendeta, que só se sustenta porque se autonomizou, transfere à psicologia dos homens o que é condicionado pela estrutura que os cerca e os forjou.

### O INVASOR (BETO BRANT, 2001)

A leveza do projeto de *O Invasor* deu a Brant a possibilidade de deixar crescer e valorizar o que o filme tem de mais instigante: a ascensão de Anísio, o matador, à condição de burguês e dono do jogo. Essa é a força de Brant, a inventividade da sua câmera liberta da estrutura rígida do roteiro. Em *O Invasor* é essa liberdade que permite apurar a trajetória criminosa que leva a elite econômica do país ao poder que exerce. É ela, ainda, que expõe a cruza da vida dos excluídos e a tibieza das elites, quando a massa aparece para reclamar o que é seu. Em tudo e por tudo, uma cena da luta de classes.

Manoel Rangel é cineasta e editor da revista de cinema *Síntaxe*. Correio eletrônico: rangneto@usp.br

## INTERNET

GIOVANNI ALVES

### SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

[www.spbancarios.com.br](http://www.spbancarios.com.br)

O Sindicato dos Bancários de São Paulo é um dos maiores sindicatos da categoria do Brasil e da América Latina. Possui *links* Folha Bancária, Revista, Bancoop (cooperativa habitacional), Bancredi (crédito cooperativo), cursos, direitos (acordo coletivo de trabalho e convenção coletiva), saúde, biblioteca (sem disponibilizar nenhum documento ao público) e *links* (apenas seis). Apesar de ser claro e objetivo, o *site* poderia ser mais denso em informações, não apenas da categoria bancária de São Paulo ou de assuntos sindicais (e corporativos) pertinentes à base, mas das lutas sindicais e políticas do mundo do trabalho no Brasil.

### SINDICATO DOS BANCÁRIOS DA BAHIA

[www.bancariosbahia.org.br](http://www.bancariosbahia.org.br)

O *site* disponibiliza um mundo de informações sobre assuntos jurídico-corporativos dos bancários da Bahia, com *links* jurídico, acordos coletivos, convenções, comunicação (o jornal on-line *O Bancário* e o Informe Dieese, com interessantes artigos técnico-sociológicos sobre os bancários da Bahia). Possui ainda Lazer&Cultura, *links* sindicais (com um acervo precioso), Agencia Cidadania e Galeria de Imagens (das atividades de luta da categoria). Possui pesquisa on-line intitulada “Quem será o próximo Presidente do Brasil”. Com um design criativo, o *site* consegue articular questões sindicais-corporativas e questões políticas da atualidade do mundo do trabalho.

Giovanni Alves é professor de sociologia da Unesp/Marília. Correio eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br

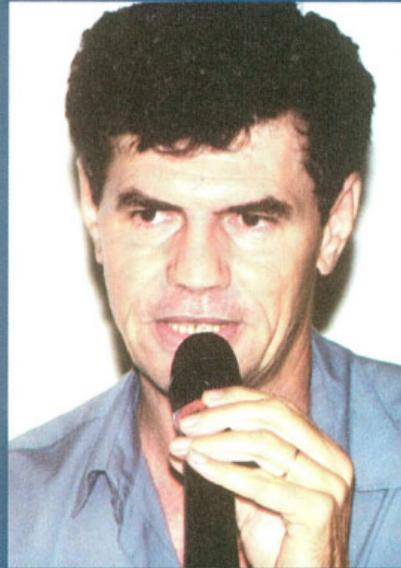
# Mobilização total em defesa da CLT

Durante todo o segundo semestre de 2001, a CUT, a CGT, as confederações sindicais, várias entidades democráticas da sociedade e os partidos de oposição discutiram e tentaram evitar que a Câmara Federal aprovasse o Projeto de Lei 5.483/01 que flexibiliza a CLT. Por três vezes consecutivas, a mobilização feita no plenário pelas lideranças populares e democráticas conseguiu evitar a votação.

A própria base governista não conseguiu unificar seu discurso, encontrar argumentos convincentes e reunir votos suficientes para derrotar a oposição. FHC fez diversas reuniões com a base aliada para obter apoio a tal projeto. A presidência da Câmara tentou intimidar a ação dos manifestantes contrários ao projeto, recorrendo até mesmo à polícia, que cercou o Congresso Nacional para impedir a entrada da direção nacional da CUT.

Somente na quarta tentativa, em 4 de dezembro de 2001, o governo FHC conseguiu aprová-lo: foram 264 deputados a favor, 213 contra e 2 abstenções. Aprovado na Câmara, o projeto foi encaminhado ao Senado, onde tramitava em regime de urgência. O regime de urgência foi retirado após o acordo entre os partidos de esquerda e o governo e a

PASCOAL CARNEIRO



**Protesto de 21 de março dá impulso ao sindicalismo de combate**

mobilização do dia 21 de março de 2002, chamada pela CUT. Essa vitória apenas deu maior fôlego para a luta contra a aprovação definitiva deste projeto.

## PROTESTO NACIONAL

A CUT abriu duas frentes para combater a ofensiva do governo: mobilizou-se através dos parlamentares contrários a este projeto, fazendo pressão em Brasília, e chamou um Dia Nacional de Paralisação em 21 de março de 2002, mobilizando suas bases em defesa da CLT.

É evidente que este projeto, ponto alto da reforma trabalhista prometida por FHC ao FMI na Carta de Intenções assinada em outubro de 1998, é um golpe mortal contra os trabalhadores e as organizações sindicais sérias. Sua aprovação abre caminho para

a liquidação dos principais, senão de todos os direitos trabalhistas conquistados ao longo de mais de 100 anos de lutas e pode significar o retrocesso das relações entre capital e trabalho às condições vigentes no início do século XX.

## RETOMADA DA LUTA

O movimento sindical cutista passou sete anos sofrendo os ataques da política neoliberal. A mobilização de 21 de março significou a retomada do sindicalismo combativo, que vai às ruas e que está abandonando a postura defensiva.

Em todos os estados aconteceram mobilizações, greves e protestos que contaram com mais de 1 milhão de pessoas. Destacam-se, principalmente, as ações na Bahia, Paraíba e São Paulo. A importância desta mobilização é muito maior do que parece, pois pressionou o governo e o fez recuar, trouxe a discussão da flexibilização à pauta de discussões da sociedade e demarcou claramente quem é quem no movimento sindical.

Isto reforça o caminho que deve trilhar o movimento sindical, o caminho das mobilizações, da conscientização e da luta. E mesmo num momento em que a mídia veiculou insistentemente a propaganda do governo e de seus aliados do sindicalismo pelego, não houve como não mostrar as mobilizações de 21 de março e a nossa visão sobre a política de FHC para destruir os direitos trabalhistas.

Pascoal Carneiro é secretário nacional de políticas sociais da CUT e foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia

# Justiça social se faz com respeito ao trabalhador



A Corsan - Companhia Riograndense de Saneamento - e seus trabalhadores aprovaram um novo Acordo Coletivo, resgatando questões trabalhistas históricas pleiteadas pela categoria.

O apoio da Companhia às lutas da classe foi garantido com a manutenção de cerca de 80 tipos de benefícios. A proposta aprovada contempla os anseios da categoria e se ajusta à capacidade financeira da Corsan, além de fortalecer os propósitos da empresa pública.

Em um momento em que o Congresso Nacional debate o fim de direitos trabalhistas e a flexibilização das relações de trabalho e emprego, a Corsan assegura por mais dois anos as conquistas históricas dos trabalhadores do saneamento público.



## Alguns benefícios garantidos pelo novo Acordo Coletivo:

\*Assistência médica gratuita, gratificação de quebra de caixa, seguro em grupo gratuito, auxílio creche para dependentes de zero a seis anos, salário-educação, auxílio ao portador de necessidades especiais, avanços trienais, plano

previdenciário, plano de saúde, vale-alimentação, vale-rancho e reposição integral das perdas inflacionárias.



# SÓ GERA NOTÍCIA QUEM É POPULAR OU IMPORTANTE.

Por ser popular, a Prefeitura de Olinda tem espaço para ser notícia.  
Por ser importante, o cidadão é o nosso destaque.  
Em Olinda, o povo pediu e a Prefeitura atendeu.

## Saúde

- Ampliou o Programa Saúde na Família com 10 novas equipes médicas.
- Está prestando atendimento domiciliar a 43 mil famílias em todo o município.
- Diminuiu a incidência de doenças epidemiológicas.

## Infra-Estrutura

- Criou o Conselho de Defesa Civil.
- Desocupou áreas de risco.
- Construiu escadarias e muros de arrimo nos morros da cidade, o que resultou em um inverno sem vítimas.
- Foi o primeiro município brasileiro a colocar em prática o Estatuto da Cidade.

## Limpeza

- Desobstruiu e limpou diversos canais nas áreas mais necessitadas da cidade.

## Orçamento Participativo

- Realizou 10 assembléias.
- Elegeu 230 delegados.
- Promoveu a representação de 40 comunidades.

## Calçamento

- Instalou a operação tapa-buraco.
- Recuperou ruas e avenidas na cidade.
- Investiu 900 mil reais nesta operação.
- Abriu 75 frentes de trabalho.

**Ser popular é saber ouvir e atender. Por isso a Prefeitura de Olinda não é popular apenas no nome. É, principalmente, nas suas ações.**

